CENTRO UNIVERSITÁRIO CARIOCA – UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL
NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

GILSON DOS ANJOS REBOUÇAS

AS NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS FAVORECENDO A IDENTIDADE SURDA

RIO DE JANEIRO
2023

Gilson dos Anjos Rebouças

AS NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS FAVORECENDO A IDENTIDADE SURDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Monteiro Trotta
Coorientadora: Profª. Drª Rosa Lidice de Moraes Valim

RIO DE JANEIRO

2023

GILSON DOS ANJOS REBOUÇAS

AS NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS FAVORECENDO A IDENTIDADE SURDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

O Presidente da Banca, abaixo assinado, atesta que os membros da banca participaram desta defesa de dissertação.

Examinado por:

gov.br Documento assinado digitalmente
LEONARDO MONTEIRO TROTTA
Data: 31/08/2023 09:26:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Leonardo Monteiro Trotta, D. Sc. (UniCarioca) Presidente da Comissão Examinadora

Prof. Alessandro Jatobá, D. Sc. (UniCarioca)

Profa. Christiana Lourenço Leal, D. Sc. (INES/UFRJ)

Rio de Janeiro

2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do (a) autor (a) e do orientador.

Ficha Catalográfica

R292n Rebouças, Gilson dos Anjos
As novas tecnologias digitais favorecendo a identidade surda / Gilson dos Anjos Rebouças - Rio de Janeiro, 2024.
65 f.

Orientador: Leonardo Monteiro Trotta
Coorientadora: Rosa Lidice De Moraes Valim
Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação) - Centro Universitário UniCarioca, Rio de Janeiro, 2024.

1.Identidade surda .2. Tecnologias digitais.3. Educação surda. I. Trotta, Leonardo Monteiro, prof. orient. II. Valim, Rosa Lidice de Moraes, prof. coorient. III. Título.

CDD 371.344

Dedico esse trabalho à minha esposa Verônica e ao meu filho Gilson Júnior, meus maiores apoiadores. Dedico também à comunidade surda do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Nossa Senhora Aparecida por sempre me mostrar o caminho certo.

Agradeço à minha esposa, Verônica de Jesus Lira Rebouças, e ao meu amado filho, Gilson dos Anjos Rebouças Júnior, por estarem ao meu lado em todos os momentos, inclusive abdicando dos finais de semana, para que essa etapa da minha vida fosse vencida.

Sou grato a minha mãe, Marlene dos Anjos Rebouças, pelo incentivo aos estudos e pelo apoio incondicional.

Gratidão pela cumplicidade dos amigos da linha de inclusão, ao grupo Inclusão Na Veia e ao Marcos Pugirá, cuja dedicação e atenção foram essenciais para que este trabalho fosse concluído satisfatoriamente.

Grato pela confiança depositada pelos meus orientadores Leonardo Trotta e Rosa Valim que dedicou inúmeras horas para sanar as minhas questões e me colocar na direção correta.

Também agradeço à Universidade Unicarioca e aos seus docentes que me incentivaram a percorrer o caminho da pesquisa científica.

No homem não existe uma comunicação pura, a-social e direta com o mundo. Por isso a carência da vista ou do ouvido implica, frente a tudo, a perda das mais importantes funções sociais, a degeneração dos vínculos sociais e deslocamento de todos os sistemas de conduta. É preciso propor e compreender o problema da defectividade infantil, na psicologia e na pedagogia, como um problema social, porque seu momento social, anteriormente não observado e considerado comumente como secundário, resulta, na realidade, fundamental e prioritário. Deve ser estimado como principal. É preciso encarar com audácia este problema, como um problema social. Se uma deficiência corporal significa psicologicamente uma luxação social, desde o ponto de vista pedagógico, educar a essa criança é inseri-la na vida, como se insere um órgão luxado e enfermo.

Vygotsky (1896-1934)

RESUMO

A utilização das Novas Tecnologias Digitais pela comunidade surda representa o tema sobre o qual está se debruçando esta dissertação. A respeito deste tema é importante mencionar que as tecnologias e recursos digitais são vistos, hoje, pela comunidade surda como algo que amplia suas capacidades, levando em consideração as relações sociais e a descoberta de si pela comunicação, pois é através das interações que a pessoa surda passa a se perceber e a se identificar com seus pares (além de ser uma interface que privilegia a acessibilidade linguística). Portanto, em termos teóricos, pode-se dizer que a identidade de uma pessoa é formada como parte integrante de um grupo, a partir dos contatos com grupos, pelas relações propiciadas pelo contato linguístico. Assim questiona-se aqui: até que ponto as novas tecnologias digitais favorecem a instauração de suas referências de identidade? Acredita-se que as tecnologias digitais são potencializadoras para a instauração de interações sociais por meio das ferramentas de comunicação mediada por computador (*e-mail*, *chat*, lista de discussão, *whatsapp*), uma multiplicidade de dinâmicas que possibilitam o uso da linguagem. Esta dissertação objetiva analisar como as Novas Tecnologias Digitais favorecem a identidade surda. Objetivou-se aqui investigar como as tecnologias digitais estão favorecendo as identidades surdas. Para tanto precisou-se trilhar o seguinte percurso: (1) refletir sobre peculiaridades relativas à história da educação para indivíduos surdos, entendendo a forma como se comunicavam e se comunicam; (2) conjeturar sobre identidade surda e analisar concepções dos surdos a respeito dos benefícios das tecnologias digitais de informação e da comunicação para favorecimento da identidade surda; (3) realizar análise sistemática de estudos que abordam a temática do uso das Tecnologias Digitais (TDs) que favorecem a identidade surda; (4) elaborar e-book destinado sobretudo aos professores, intitulado “As tecnologias digitais e a educação dos surdos”. Para análise dos dados da revisão sistemática trabalhou-se com a análise descritiva. Foi possível verificar que a utilização das tecnologias digitais pelos surdos tem seu lado positivo, mas também apresenta aspectos negativos, pois se por um lado proporciona a aquisição de novos conhecimentos na comunicação e na interação em suas relações sociais em seus cotidianos, por outro lado, elas não são suficientes para solucionar problemas educacionais e sociais tão abrangentes e historicamente constituídos com relação à identidade surda. Para além, elaborou-se um e-book voltado para a comunidade surda, sobre as interações entre surdos-surdos e surdos-ouvintes, com reflexões a respeito das tecnologias disponíveis e como elas podem fortalecer essas relações bem como a identidade surda.

Palavras-chave: Surdos. Identidade surda. Tecnologias digitais.

ABSTRACT

The use of New Digital Technologies by the deaf community represents the topic on which this dissertation is focusing. Regarding this theme, it is important to mention that technologies and digital resources are seen today by the deaf community as something that expands their capabilities, taking into account social relations and self-discovery through communication, as it is through interactions that the deaf person comes to perceive and identify with their peers (in addition to being an interface that favors linguistic accessibility). Therefore, in theoretical terms, it can be said that a person's identity is formed as an integral part of a group, based on contacts with groups, through the relationships provided by linguistic contact. Thus, the question is raised here: to what extent do new digital technologies favor the establishment of their identity references? It is believed that digital technologies are potential for the establishment of social interactions through computer-mediated communication tools (e-mail, chat, discussion list, whatsapp), a multiplicity of dynamics that enable the use of language. This dissertation aims to analyze how the New Digital Technologies favor the deaf identity. The objective here was to investigate how digital technologies are favoring deaf identities. For that, it was necessary to follow the path: (1) to reflect on peculiarities related to the history of education for deaf individuals, understanding the way they communicated and communicated; (2) conjecture about deaf identity and analyze conceptions of deaf people regarding the benefits of digital information and communication technologies to favor deaf identity; (3) perform a systematic analysis of studies that address the issue of the use of Digital Technologies (DTs) that favor the deaf identity; (4) prepare an e-book aimed mainly at teachers, entitled "Digital technologies and the education of the deaf". For data analysis of the systematic review, descriptive analysis was used. It was possible to verify that the use of digital technologies by the deaf has its positive side, but it also has negative aspects, because if on the one hand it provides the acquisition of new knowledge in communication and interaction in their social relations in their daily lives, on the other hand, they are not enough to solve educational and social problems so comprehensive and historically constituted in relation to the deaf identity. In addition, an e-book was created for the deaf community, on interactions between deaf-deaf and hearing-deaf people, with reflections on available technologies and how they can strengthen these relationships as well as deaf identity.
Keywords: *Deaf. Deaf identity. Digital technologies.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: INES.....13
Figura 2: Uso de TDs no INES.....14
Figura 3: Sede do INES no Rio de Janeiro, referência na educação de surdos no Brasil 25
Figura 4: Hand Talk.....44
Figura 5: ProDeaf 45
Figura 6: Viavel Brasil 45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Etapas e ações que tencionaram dar logicidade ao corpus documental. 18
Quadro 2: Revisão de Literatura..... 38
Quadro 3: Categorias e reflexões do artigo em questão. 40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira dos Sinais

LS – Língua de Sinais

TDs – Tecnologias Digitais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
1.1 Inquietação e justificativa: o valor desta pesquisa 13
1.2 Problema 15
1.3 Hipótese 15
1.4 Objetivos (geral e específicos) 16
1.5 Reflexões adicionais 16
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS 17
2.1 Fundamentos da pesquisa bibliográfica apresentada no marco teórico 17
2.2 Alicerce da avaliação sistemática 18
2.3 Técnica para análise dos dados 18
3 REFERENCIAL TEÓRICO 20
3.1 Um pouco da história da educação dos surdos no tempo e no mundo 20
3.1.1 Do surgimento do Instituto Nacional de Surdos (INES) 25
3.1.2 A Língua dos Sinais Brasileira (LIBRAS) 27
3.2 As Identidades Surdas 31
3.3 As Tecnologias Digitais (TDs) favorecendo a identidade surda 35
3.4 O letramento digital 36
4 REVISÃO SISTEMÁTICA: DISCUSSÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS 38
4.1 Apresentação dos Artigos selecionados 38
4.1.1 Tecnologias Digitais 39
4.1.2 História e cultura surda 42
5 ANÁLISE DOS DADOS 44
6. PRODUTO CONSOLIDADO: DESCRIÇÃO E APLICAÇÃO 52
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 55

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado nesta pesquisa é a utilização das tecnologias digitais pela comunidade surda e como favorecem a identidade surda enquanto ferramentas de empoderamento na busca de reflexão sobre a importância e o poder de uma língua em diferentes contextos, sejam eles educacionais, culturais e sociais. A evolução de tais recursos tem proporcionado a interação entre surdos e ouvintes o que potencializa a instauração de interações sociais cada vez mais amplas.

Essa interação é a constituição da identidade surda, segundo Dizeu e Caporali (2005), para que o surdo possa reconhecer sua identidade, primeiro é importante o contato com a comunidade surda para que se identifique com a cultura, os costumes, a língua e, principalmente, a diferença de sua condição. O relacionamento com seus pares, se aceitar como uma pessoa normal com potencialidades e limitações, pois é por intermédio das relações sociais que o sujeito tem a possibilidade de acepção e representação de si próprio e do mundo, definindo assim suas características e seu comportamento diante dessas vivências sociais.

Perlin (2011) utiliza o conceito de identidade defendido por Hall (1997) com aporte nos estudos culturais, explica que "a identidade é algo em questão, em construção, uma/ construção móvel que pode frequentemente ser transformada ou estar em movimento, e que empurra o sujeito em diferentes posições" (p. 52). E continua, ao afirmar que a constituição da identidade dependerá, entre outras coisas, de como o sujeito é interpelado pelo meio em que vive.

Os recursos das tecnologias de informação são, segundo Neto (2002, p.51) um "conjunto de técnicas utilizadas na recuperação, no armazenamento, na organização, no tratamento, na produção e na disseminação da informação". Assim, no contexto digital as oportunidades de comunicação oferecidas pelas tecnologias digitais permitem ao sujeito surdo, novas possibilidades de interagir e de aprender com muitos outros, diferentes e singulares, que se somam, compartilham e coexistem na imensa diversidade que institui a sociedade em rede (ARCOVERDE, 2006).

Na referida pesquisa, busca-se compreender, através de um estudo de revisão de literatura, como as tecnologias digitais favorecem a condição identitária que tem sido atribuída à comunidade surda, buscando outra forma de comunicação e integração. Para a realização da pesquisa em questão este capítulo está segmentado em 2 partes, a saber: apresentação da inquietação e justificativa do estudo no item 1.1 e a apresentação dos elementos estruturantes da pesquisa, no item 1.2.

1.1 Inquietação e justificativa: o valor desta pesquisa

A escolha da temática desta pesquisa deu-se a partir da minha experiência enquanto professor de Geografia no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). No meu contato com a educação de surdos e as novas tecnologias digitais foi possível contatar os diferentes conteúdos que versavam sobre a cibercultura, tecnologias digitais e a ampliação comunicacional e interacional dos surdos, além dos diferentes usos da tecnologia no cotidiano da comunidade surda.

Durante este período, observei que os alunos surdos utilizavam muito as tecnologias digitais de diferentes maneiras: telefones móveis conectados à rede, uso de redes sociais e aplicativos, computadores portáteis para pesquisas em *sites*, com o intuito de comunicar-se e interagir com seus pares e/ou com os ouvintes em sala de aula, de modo que, foi possível verificar que aprendizagem era facilitada com o apoio desses aparatos. A minha realidade como professor do INES está evidenciada nas imagens 1 e 2 a seguir:

Figura 1: INES.

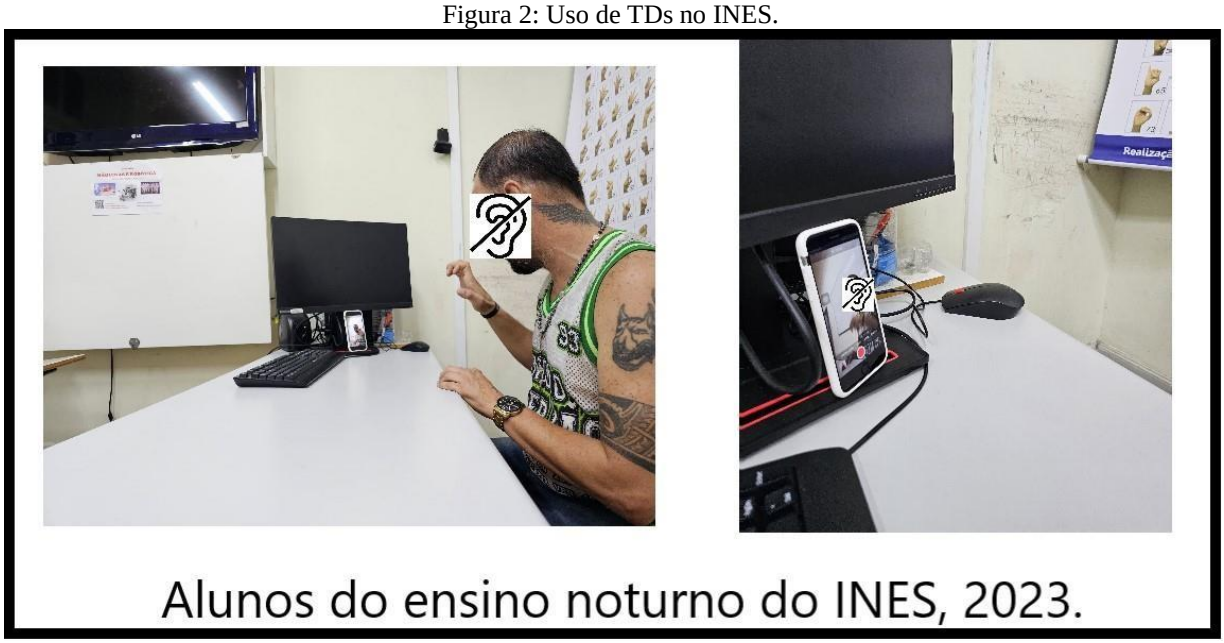


Fonte: Autoral.

Diante da observação da minha realidade como membro do corpo docente do INES, surgiu a ideia de desenvolver esta dissertação e a presente pesquisa justifica-se pela importância

de se reconhecer a produção de conhecimento científico sobre o tema, observando os pontos de destaque dos trabalhos e as lacunas a serem produzidas por futuros trabalhos.

Figura 2: Uso de TDs no INES.



Fonte: Autoral.

Além disso, a pesquisa valoriza a educação inclusiva e faz ouvir usuários com diferentes condições linguísticas, em especial, de usuários surdos. Para tanto, buscou-se visualizar o surdo como sujeito normal, linguístico e cultural, com identidade própria, não se considerando deficiente, apenas diferente em sua totalidade.

As sociedades surdas existem em todo o mundo e a forma de comunicação mais visível é a língua de sinais. Normalmente, estes trabalham ou vivem em lugares onde a grande maioria são ouvintes e a comunicação é naturalmente reduzida. Os indivíduos surdos procuram lugares onde podem comunicar-se amplamente como, por exemplo, federações, clubes e associações, mesmo assim existe o limite de estarem juntos e participar ativamente da sociedade, satisfazendo as necessidades de comunicação e executando o seu papel social.

As novas tecnologias vêm transformando essa realidade quando acrescentam as possibilidades de mandar um *e-mail* e receber uma pronta resposta, de acessar rapidamente com uma mensagem todo o grupo de amigos de uma mesma cidade, de outras cidades, estados e até mesmo outros países, de participar de grupos virtuais. Entrar no *chat* no final de um dia de trabalho ou estudo e encontrar os amigos é uma experiência que os ouvintes apreciam e, da mesma forma, é apreciado pelos surdos, porque para a maioria deles essa atividade permite

fazer contatos com seus pares, coisa que a maioria não teve oportunidade de fazer durante todo o dia (STUMPF, 2010).

Segundo Lévy (1996), os sistemas de realidade virtual transmitem mais que imagens: uma quase presença, pois os clones, agentes visíveis ou marionetes virtuais que comandamos por nossos gestos, podem afetar ou modificar outras marionetes ou agentes visíveis, e inclusive acionar à distância aparelhos "reais" e agir no mundo ordinário. Ao se virtualizar, o corpo se multiplica. Criamos para nós mesmos organismos virtuais que enriquecem nosso universo sensível e que são uma nova maneira de se comunicar e se relacionar no mundo.

1.2 Problema

Segundo Freire (2003, p. 196), a utilização significativa de recursos tecnológicos pelos surdos possui um interesse teórico-metodológico adicional. De acordo com a autora, a surdez deve ser considerada como uma experiência visual. Dessa forma, a inserção produtiva da tecnologia para surdos pode constituir em um "espaço privilegiado de produção de narrativas" (LACERDA, 1998 *apud* FREIRE, 2003, p. 196).

Nesse sentido, a questão central de nossa pesquisa que resulta da problemática apresentada é: até que ponto as novas tecnologias digitais favorecem a instauração de referências de identidade para os surdos?

1.3 Hipótese

Conforme Minayo (1992), a hipótese trata-se de um diálogo que se estabelece entre o olhar do pesquisador e a realidade a ser investigada.

Nesse sentido, quando olhamos para a problematização da pesquisa, acredita-se que as tecnologias digitais são potencializadoras para a instauração de interações sociais por meio das ferramentas de comunicação mediada por computador (*e-mail*, *chat*, lista de discussão, *whatsapp*), uma multiplicidade de dinâmicas que possibilitam o uso da linguagem (ARCOVERDE, 2006).

A participação das comunidades surdas tem se beneficiado desse processo, pois no ambiente digital há a interação não só com outros surdos, mas com ouvintes que não sabem Libras. Para Perlin (2008), trata-se da construção de sua realidade social e de descobrir a si próprio através da comunicação. Em outras palavras, o indivíduo surdo passa a se perceber e se

identificar com seus pares, ou ainda com aqueles que ouvem, estabelecendo, assim, as diferenças entre os indivíduos inseridos em seu meio.

1.4 Objetivos (geral e específicos)

Objetiva-se aqui investigar como as tecnologias digitais estão favorecendo as identidades surdas. Para tanto há que se trilhar o seguinte percurso: (1) refletir sobre peculiaridades relativas à história da educação para indivíduos surdos, entendendo a forma como se comunicavam e se comunicam; (2) conjeturar sobre identidade surda e analisar concepções dos surdos a respeito dos benefícios das tecnologias digitais de informação e da comunicação para favorecimento da identidade surda; (3) realizar análise sistemática de estudos que abordam a temática do uso das Tecnologias Digitais (TDs) que favorecem a identidade surda; (4) elaborar e-book destinado sobretudo aos professores, intitulado “As tecnologias digitais e a educação dos surdos”.

1.5 Reflexões adicionais

Esta dissertação está apresentada da seguinte forma: o presente capítulo (1) apresenta os elementos estruturantes desta dissertação; o capítulo 2 informa ao leitor sobre as escolhas metodológicas (que em certos aspectos são também políticas) que foram tomadas para seleção dos materiais que apoiaram tanto a redação do marco teórico, quanto da seleção dos artigos utilizados na revisão sistemática; o capítulo 3 apresenta o referencial teórico (que remetem à escolhas políticas e está dividido em três tópicos).

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este capítulo encontra-se dividido em “fundamentos da pesquisa bibliográfica apresentada no marco teórico”, “alicerces da avaliação sistemática” e “técnica para análise dos dados” (onde elabora-se sobre a técnica utilizada para análise sistemática a luz dos dados do marco teórico).

Importante mencionar que este capítulo se encontra apresentado antes do marco teórico pois explicita o motivo pelo qual artigos e livros foram escolhidos para integrar o marco teórico – motivos em certo sentido políticos, haja vista que se defende aqui (nesta dissertação) o valor do INES, de sua estrutura, de sua história e da cultura surda.

2.1 Fundamentos da pesquisa bibliográfica apresentada no marco teórico

Para redação das informações do marco teórico foram utilizados diversos autores, todavia os mais expressivos foram os seguintes: Sacks (1999); Guarinello (2004); Arcoverde (2006); Perlim (2011); Neto (2002); Strobel (2009); Veloso e Maia (2009); Bentes e Hayashi (2016).

No marco teórico, especificamente para tratar do estado da arte dos estudos da Língua Brasileira de Sinais – Libras (língua usada pela comunidade surda brasileira, incluindo pessoas surdas e ouvintes - amigos, familiares e profissionais) utilizaram-se os seguintes autores: Quadro (2013) e Leite (2013); Stumpf (2013), além das informações provenientes da Lei 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e pelo Decreto n° 5.626/2005, também importante para o embasamento do tema.

Para além, no marco teórico tratou-se das “Identidades Surdas”, identidades que são construídas num processo permanente que estabelece fronteiras identificatórias com o outro e favorecem o reconhecimento de suas atribuições por todos que fazem parte do seu grupo social. Para esta pesquisa, foram utilizados os seguintes autores: Hall (1997); Perlin (2008); Skliar (2008); Sá (2006) e outros.

Por fim, o marco teórico apresenta também as funcionalidades da Tecnologia digital que tem se mostrado úteis à população surda e enfatiza quanto estes recursos contribuem para a comunicação entre si e com ouvintes, favorecendo a interação entre as variadas identidades. Para tanto, os autores mais consultados foram Santaella (2007) e Thompson (2013).

2.2 Alicerce da avaliação sistemática

O presente estudo faz uma revisão sistemática da literatura, para investigar como as tecnologias digitais estão favorecendo as identidades surdas. Galvão e Ricarte (2019, p. 57) afirmam que "realizar uma revisão sistemática de literatura vai além da atividade usual de fazer uma revisão de literatura como parte de um trabalho de pesquisa acadêmica". Esta é uma modalidade de pesquisa com protocolos específicos que buscam dar "logicidade a um grande corpus documental" (GALVÃO; RICARTE, 2019).

Para realizar a revisão sistemática proposta de maneira organizada seguiu-se a seguinte lógica (Quadro 1).

Quadro 1: Etapas e ações que tencionaram dar logicidade ao corpus documental.

Etapas	Ações que tencionaram dar logicidade ao corpus documental
1ª. Etapa	Realizou-se a coleta e a classificação das publicações acessadas na plataforma BVS – Biblioteca Virtual em Saúde – no período de 2000 a 2022, na qual duas bibliotecas virtuais foram acessadas: *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) (Biblioteca 1); e Google Acadêmico (Biblioteca 2). Como critério de pesquisa foram utilizadas para a Biblioteca 1 as palavras-chave "Surdos"; "INES"; e "Língua de Sinais". Para a Biblioteca 2, as palavras-chave utilizadas foram "Tecnologias digitais" e "Identidade surda".
2ª. Etapa	Analisando as referências dos artigos adquiridos nas bibliotecas, foram acessados outros trabalhos considerados importantes, pois estes estudos encontrados faziam referência ao desenvolvimento de pessoas surdas, Libras e identidades surdas. Selecionados os trabalhos, considerando como critério de exclusão trabalhos em língua estrangeira e trabalhos publicados anteriormente ao ano de 2002, recorte temporal definido uma vez que a da Lei 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais é de 2002. Trabalhos que não estivessem disponibilizados na íntegra e que não fossem gratuitos também não foram incluídos. Procedeu-se então à análise da documentação e do conteúdo das informações coletadas, considerando os critérios de inclusão e exclusão.

Fonte: Autoral.

Para além, informa-se: na presente revisão foram incluídos apenas os artigos que apresentaram conformidade com os objetivos do estudo, ou seja, as tecnologias digitais e sua contribuição com a identidade surda. Foram encontrados 29 trabalhos publicados; destes, 19 relacionados ao estudo e 10 que não atendiam aos critérios estabelecidos.

2.3 Técnica para análise dos dados

Para apreciação dos dados da revisão sistemática, trabalhou-se com a técnica de análise descritiva. Silva e Menezes (2000), afirmam que a análise descritiva procura descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis.

Sendo assim, buscou-se descrever de maneira sintética as informações mais relevantes, presentes no material, a fim de identificar padrões e/ou elementos importantes (REIS; REIS, 2002).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo encontra-se dividido em três tópicos e propõe uma pesquisa a respeito das questões como a história e a educação dos surdos, a língua dos sinais, os tipos de identidades surdas e por fim, a temática das tecnologias digitais e como favorecem a identidade surda.

Com todos estes tópicos permeia-se apresentar a evolução na busca de uma nova cultura, em que o ponto central do problema é o sujeito surdo atuando na história, a sua identidade e a sua trajetória no mundo hoje, é o surdo em sua totalidade cultural (PERLIN, 1998).

3.1 Um pouco da história da educação dos surdos no tempo e no mundo

Conhecer a história de surdos não é importante apenas para adicionar conhecimentos, mas também para refletir e questionar diversos acontecimentos relacionados com a educação em várias épocas. Ademais, a contextualização histórica ajuda na compreensão do momento atual e, por essa razão, faz parte da fundamentação teórica deste trabalho. Conforme Perlin (2011) e Strobel (2008), a história sobre educação dos surdos trás luz às discussões sobre diferentes metodologias e, nela, pode-se observar que a raiz central das disputas sempre esteve ligada a respeito da língua, ou seja, se os sujeitos surdos deveriam desenvolver a aprendizagem através da língua de sinais ou da língua oral.

Na Grécia antiga, os surdos eram considerados inválidos e muito incômodos para a sociedade, por isto eram condenados à morte e os sobreviventes viviam miseravelmente como escravos ou abandonados (STROBEL, 2009).

O filósofo grego Sócrates em 360 a.C. afirmava ser aceitável os surdos se comunicarem com as mãos e o corpo. Já no Egito e na Pérsia os surdos eram adorados, como se fossem deuses, serviam de mediadores entre os deuses e os faraós, sendo temidos e respeitados pela população (STROBEL, 2009).

Santo Agostinho (354 d.C.-430 d.C.), um dos nomes de maior relevância na Igreja Católica, chegou a dizer que uma pessoa era surda pelo fato de os pais precisarem pagar pecados anteriormente cometidos. Mas, assim como o filósofo grego Sócrates, defendia a ideia de que os surdos podiam se comunicar por meio de gestos, que, em equivalência à fala, eram aceitos para a salvação da alma (STROBEL, 2009).

Na Idade Média, 476 a 1453, existiam leis que proibiam os surdos de todos os direitos como cidadãos. Em 530 d.C., os monges beneditinos, na Itália, empregavam uma forma de

sinais para comunicar entre eles, a fim de não violar o rígido voto de silêncio (GUARNELLO, 2004).

Até aqui, a história mostra e corrobora com a afirmativa de um professor surdo da França, de nome Berthier que escreveu: “inicia a história na Antiguidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar" (BERTHIER, 1984, p.165 *apud* NASCIMENTO, 2006, p. 256). Assim, os sujeitos surdos eram rejeitados pela sociedade vistos como anormais ou doentes.

John Beverly, um bispo inglês, em 700 d.C., foi a primeira pessoa a ensinar um surdo a se comunicar, dessa forma ele é lembrado como um dos pioneiros no processo de educação dos surdos. Contudo, o reconhecimento formal como primeiro professor para surdos foi dado a um monge beneditino chamado Pedro Ponce de León (1520-1584) (ACADEMIA DE LIBRAS, 2019).

Foi na Idade Moderna que Girolamo Cardano (1501-1576), médico filósofo, que distinguiu, pela primeira vez, surdez de mudez. A expressão “surdo-mudo” deixou de ser a designação do surdo, não sendo impedimento para desenvolver a aprendizagem, utilizando a língua de sinais e escrita com os surdos. (VELOSO; MAIA, 2009). Graças a seus princípios, deu-se o primeiro passo para a implementação da educação para surdos.

Pedro Ponce de León (1520-1584), monge beneditino espanhol, além de usar os sinais de Cardamo usava como metodologia a dactilologia, escrita, oralização e fazer uso do alfabeto manual, o que possibilitou o sucesso desse método para um grupo de surdos filhos de famílias nobres. León ensinava a leitura labial, a fala, as orações e as doutrinas cristãs, além de ensinar os surdos primogênitos das famílias nobres a falarem e assim, segundo Guarinello (2004), nesta época, os surdos ricos eram entregues a Ponce de León, que os treinava a falar com o objetivo de habilitá-los a receberem heranças. Mais tarde, ele criou uma escola para professores de surdos (STROBEL, 2009).

Segundo Nascimento (2006, p. 257), trechos de seu artigo, ao iniciar o relato da educação dos surdos, a partir da idade moderna, Berthier (1984) escreveu que:

> É um erro considerar Pedro Ponce de León (1520 - 1584) o primeiro professor de surdos: hoje é amplamente reconhecido que toda a contribuição de Ponce foi meramente colocar os princípios da educação para surdos em um patamar mais amplo do que seus predecessores fizeram. Antes de Ponce, muitas tentativas isoladas de instrução tinham sido feitas, com nível de sucesso variável, tanto na França quanto no exterior. Em 1578, Joachim Pascha treinou dois de seus próprios filhos surdos, mas suas tentativas não obtiveram reconhecimento público. Jérôme Cardan, uma das pessoas mais inteligentes de seu tempo, e quem talvez tenha mais profundamente revigorado a escola filosófica de seu século, buscou demonstrar que a educação do surdo não era uma impossibilidade; ele não parou aí e manteve um relatório escrito

> sobre alguns importantes pontos sobre este especial tipo de ensino (BERTHIER, 1984, p.169).

Na Espanha, Juan Pablo Bonet (1579-1623) iniciou a educação através de sinais, treinamento da fala e o uso de alfabeto dactilologia, teve tanto sucesso que foi nomeado pelo rei Henrique IV como "Marquês de Frenzo". Ele publicou o primeiro livro sobre a educação de surdos em que expunha o seu método oral, "Reduccion de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos", no ano de 1620, em Madrid, Espanha. Bonet defendia também o ensino precoce do alfabeto manual aos surdos (FERREIRA, 2010, p. 27).

Em outros países também começaram a aparecer estudos e publicações na área da surdez, como do médico britânico John Bulwer (1614-1684), desenvolveu estudos sobre surdos e publicou, em 1644, "Chirologia e Natural Language of the Hand", onde preconiza a utilização de alfabeto manual, língua de sinais e leitura labial, ideia defendida pelo George Dalgarno, anos mais tarde. John Bulwer entendia que a língua gestual era essencial na educação dos surdos, sendo o primeiro inglês a desenvolver um método de comunicação entre ouvintes e surdos. John Bulwer acreditava que a língua de sinais era universal e publicou "Philocopus", em 1648, onde afirmava que a língua de sinais era capaz de expressar os mesmos conceitos que a língua oral (GUARINELLO, 2004).

De acordo com Veloso e Maia (2009), John Wallis (1616-1703) é considerado o fundador do oralismo, na Inglaterra. E, apesar de ter trabalhado na educação de surdos tentando ensiná-los a falar, desistiu e passou a usar a Língua de Sinais para ensiná-los. Ainda segundo os autores, outro inglês, George Dalgarno (1626-1687), tinha interesse em problemas linguísticos. Foi tutor de um surdo e propôs um sistema linguístico para ser usado pelos surdos e este sistema continua a ser usado nos Estados Unidos.

Johann Conrad Ammon (1669-1724), médico suíço, desenvolveu e publicou um método pedagógico da fala e da leitura labial: "Surdus Laquens", em 1700. Ele criou o movimento oralista alemão e era, conforme Strobel (2009), contra a língua de sinais, pois acreditava que "atrofiava" a mente.

Essa a principal ideia do oralismo. A língua falada deveria ser a principal forma de comunicação dos surdos, sendo indispensável para o seu desenvolvimento. Na verdade, nota-se que a oralização foi imposta a fim de que eles fossem aceitos socialmente, pois a ideia era de que eles deveriam se adequar a maioria da sociedade capaz de ouvir e falar. É claro que como nem todos eram capazes de desenvolver a oralidade, o que ocorria era uma grande exclusão tanto no meio educacional como social.

Provavelmente, o primeiro professor de surdos na França foi Jacob Rodrigues Pereire (1715-1780), que oralizou a sua irmã surda e utilizou o ensino da fala e de exercícios auditivos com os surdos. Reconhecido pela Academia Francesa de Ciências pelo progresso alcançado (SALES, 2004).

A primeira escola para surdos, na Inglaterra, foi fundada por Thomas Braidwood (1715-1806), ele ensinava os significados das palavras e sua pronúncia, valorizando a leitura orofacial. Já, na Itália, a primeira escola para surdos, em Roma, foi fundada por Tommaso Silvestri (1785-1789) que utilizava sinais na comunicação para o ensino da fala e da leitura labial (STROBEL, 2009).

No ano de 1778, Samuel Heinicke fundou a primeira escola de oralismo puro em Leipzig. Inicialmente, a sua escola tinha 9 alunos surdos. Era considerado o "Pai do Método Alemão", iniciou as bases da filosofia oralista, onde um grande valor era atribuído somente à fala em alemão. Publicou a obra "Observações sobre os Mudos e sobre a Palavra" (STROBEL, 2009).

Reconhecido na história da educação dos surdos, o abade francês Charles Michel de L'Epée (1712-1789) manteve contato com os surdos carentes e humildes que perambulavam pela cidade de Paris, procurando aprender seu meio de comunicação e dar eficácia aos primeiros estudos sérios sobre a língua de sinais (SACKS, 1990).

A partir do sucesso obtido com o sistema desenvolvido foi criada a primeira escola exclusiva para surdos, o Instituto de Surdos-Mudos de Paris, fundado em 1760. Além disso, publicou o primeiro dicionário de sinais. L'Epée defendia que esta constituía a língua natural dos surdos e que era um verdadeiro meio de comunicação e de desenvolvimento do pensamento. Vale destacar que até sua morte em 1789, ele já tinha fundado 21 escolas para surdos na França e na Europa (STROBEL, 2009).

Segundo Silva (2006) para L'Epée:

> (…) para o abade, os sons articulados não eram o essencial na educação de surdos, mas sim a possibilidade que tinham de aprender a ler e a escrever através da língua de sinais, pois essa era a forma natural que possuíam para expressar suas ideias. A língua utilizada no processo educativo era a de sinais. É interessante realçar que, nessa época, a educação de surdos tinha os mesmos objetivos que a educação dos ouvintes, ou seja, o acesso à leitura. Para o abade, a comunicação em sala de aula se efetivava graças ao domínio que ambos, professores e alunos, tinham da língua de sinais (SILVA, 2006, p. 23).

O surgimento de escolar para surdos na América ocorre por influência do que já se fazia na Europa. Thomas Hopkins Gallaudet, professor americano de surdos, visitou instituição para surdos, em 1815, com o objetivo de conhecer o trabalho lá realizado (antes ele passara pela Inglaterra tentando aprender com os Braidwod acerca da metodologia oralista que eles

desenvolviam, não obtendo aceitação, pois os profissionais negaram-se a ensinar em poucos meses o que sabiam). De tão impressionado que ficou, Gallaudet convidou um dos melhores alunos da escola, Laurence Clerc, a acompanhá-lo de volta aos Estados Unidos. Lá, em 1817, os dois fundaram a primeira escola permanente para surdos em Hartford, Connecticut (RAMOS, 2011).

Já no ano de 1880, no Congresso Internacional de Educação de Surdos, realizado em Milão, Graham Bell exerceu grande influência na votação do Congresso que decidia a favor das ideias oralistas como diretrizes únicas na aprendizagem dos surdos. Segundo Salles (2004, p. 55-56), neste congresso, foi determinado o uso de oralidade, pois os sinais prejudicariam a fala e a precisão de ideias.

> Durante muito tempo as discussões a respeito da educação são impregnadas de uma visão médico clínica. Essa postura foi assumida pela filosofia oralista, que acredita, na normalização, preconizando a integração e o convívio dos portadores de surdez com os ouvintes somente através da língua oral. Com a busca da equivalência ao ouvinte, prioriza-se o ensino da fala como centralidade do trabalho pedagógico (SALLES 2004, p. 55-56).

Assim sendo, a filosofia oralista baseava-se na concepção de língua, pela maioria dos linguistas, como sendo exclusivamente a língua oral, reconhecendo os sinais como meras "mímicas", sem qualquer valor linguístico. Foi um grande impacto na educação de povos surdos por longo tempo, "subjugando os surdos às práticas ouvintistas tendo que abandonar sua cultura, a sua identidade surda e se submeteram a uma 'etnocêntrica ouvintista', tendo de imitá-los". como afirmam Perlin (2011) e Strobel (2008).

Os únicos países contra a proibição eram os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Neles havia professores surdos também, mas as suas vozes não foram ouvidas e excluídas de seus direitos de votarem. Devido a evolução tecnológica que facilitava a prática da oralização pelo sujeito surdo, o oralismo ganhou força a partir da segunda metade do século XIX. E foi nesse período também, que os estudos médicos sobre a deficiência, a linguagem, e a influência da tecnologia na medicina fez com que diversos médicos começassem a desenvolver seus trabalhos com surdos nos estabelecimentos educacionais, conforme indicado por Lopes (2017). O oralismo percebeu a surdez como uma deficiência que deveria ser minimizada através da estimulação auditiva (GOLDFELD, 1997, p. 30).

Em 1960, nos Estados Unidos, eram somente 12% os professores surdos com o resto do mundo. E como consequência disto, a qualidade da educação dos surdos diminuiu e as crianças surdas saíam das escolas com qualificações inferiores e habilidades sociais limitadas (STROBEL, 2009).

No Brasil, surgiram as comunidades surdas, isto é, associações ou federações que foram criadas para serem uma forma de resistência contra as práticas ouvintistas que não respeitavam a cultura surda. Nessas associações e federações começou uma longa e sofrida batalha do povo surdo para defender o seu direito linguístico cultural, as associações dos surdos e os povos surdos se uniram mais, lutando para evitar a extinção das suas línguas de sinais (STROBEL, 2009).

3.1.1 Do surgimento do Instituto Nacional de Surdos (INES)

Com a fundação do Instituto Real dos Jovens Cegos, no ano de 1854, deu-se início a institucionalização da Educação Especial no Brasil e, em 1857, foi fundado o Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos. Sua fundação ocorreu com a vinda ao Brasil de Edouard Hüet que foi o primeiro gestor e professor de surdos no Brasil, apoiado pelo imperador D. Pedro II que solicitou ao Marquês de Abrantes para acompanhasse de perto o processo de criação da primeira escola para surdos no Brasil (BENTES; HAYASHI, 2017).

Figura 3: Sede do INES no Rio de Janeiro, referência na educação de surdos no Brasil



Fonte: CRISTIANO, A. Disponível em: <libras.com.br>. Acesso em: 15 jun. 2023.

Hüet apresentou uma proposta de ensino que continha as disciplinas de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios. Para Pinto (2006, p. 4), essas disciplinas tinham “o objetivo de difundir e unificar a língua nacional, propagar a religião, o ensino da leitura e escrita, além de uma moral atrelada às visões das classes senhoriais”.

No caso, o método de Hüet incluía o uso de sinais datilológicos para a aquisição da linguagem escrita e a leitura labial “aos que tivessem aptidão” (Rocha, 1997, p. 5 apud Bentes; Hayashi, 2017), ou seja, trabalhava a aquisição de palavras utilizando o alfabeto feito com as mãos e, aos que tivessem alguns resíduos auditivos, desenvolvia a linguagem oral, articulada.

A língua de sinais praticada pelos surdos no Instituto tinha forte influência francesa, em função da nacionalidade de Hüet, e foi espalhada por todo Brasil pelos alunos que regressavam aos seus Estados ao término do curso (INES, s/d).

Nas décadas iniciais do século XX, o Instituto oferecia, além da instrução literária, o ensino profissionalizante. A conclusão dos estudos estava condicionada à aprendizagem de um ofício. Os alunos frequentavam, de acordo com suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e artes plásticas, além das oficinas de bordado oferecidas às meninas que frequentavam a instituição em regime de externato (INES, s/d).

No ano de 1957, ocorreu a mudança mais significativa que foi a substituição da palavra “Mudo” pela palavra “Educação”. Essa mudança refletia o ideário de modernização da década de 1950, no Brasil, no qual o Instituto, e suas discussões sobre educação de surdos, também estava inscrito.

O INES também passou pela fase do oralismo puro, segundo Bentes e Hayashi (2017), a cadeira ou disciplina de linguagem articulada, com o Decreto nº 6.892, de 19 de março de 1908, acirrou o debate com a cadeira de linguagem escrita. E após três anos, a cadeira de linguagem escrita perdeu espaço no embate com um novo Decreto, de nº 9.198, de 12 de dezembro de 1911, que em seu artigo 9º estabelece: “o método oral puro deve ser adotado em todas as disciplinas”. Ao que parece, essa fase do oralismo “puro” perdurou oficialmente por nove anos, de 1911 a 1920, estabelecendo como regra a proibição do uso de sinais na prática docente.

Entretanto, constatou-se que a atitude normalizadora foi substituída pela atitude da diversidade. Em alguns episódios foi permitido o uso dos sinais, desde que estes fossem submissos à língua de prestígio.

Os anos de 1980 foram marcados pelas críticas relacionadas à integração, pois esta era a responsabilidade do aluno, ou seja, ele que tinha de se adaptar à escola. Desta forma, embora tivesse ocorrido avanço na concepção de que a escola especial representava um ambiente segregativo, a integração na escola de ensino regular não garantia de fato a aprendizagem do aluno com alguma deficiência. Surgiu então, o paradigma da inclusão escolar, pressupondo mudanças na escola no sentido de que cabe a instituição escola e toda a sua comunidade envolvida, gestão, docente, discente e familiares a organizarem uma escola capaz de garantir a

integração e a permanência do aluno. Tal paradigma dialoga com as novas concepções sobre educação que aparecem já na Constituição de 1988 no Brasil, mas que tem seu aprofundamento através dos pressupostos na Declaração de Salamanca de 1994, na qual o país é signatário (MARTINS, 1999).

O INES também vivenciou em sua história institucional grandes alterações ainda na década de 1980, quando fundou o Laboratório de Fonética, tornando-se um "centro avançado de diagnóstico e adaptação de prótese otofônica" (ROCHA, 2007 p. 117), mais conhecida como aparelho de surdez.

Além disso, em 1985, sob a direção da professora Lenita Oliveira Viana destaca-se a promoção dos "primeiros cursos de Língua de Sinais no INES, ministrados por Fernando Valverde e Lúcia Severo" (ROCHA, 2007 p. 119). Nesse mesmo período há uma efervescência política no instituto observada com o debate entre os métodos audiofonatório (sem língua de sinais), a comunicação total e o Grupo Controle, que fazia pesquisas na implementação do ensino por meio da língua brasileira de sinais (Libras) (INES, s/d).

Assim, o instituto atuou na perspectiva da efetivação do direito à educação de crianças, jovens e adultos surdos, produzindo conhecimento e apoiando diretamente os sistemas de ensino para dar suporte às escolas brasileiras que devem oferecer educação de qualidade a esses cidadãos que demandam políticas de ensino que contemplem sua singularidade linguística. O trabalho realizado no instituto foi fundamental para a consolidação das novas leis que regulamentam a educação inclusiva e o direito dos surdos (INES, s/d).

3.1.2 A Língua dos Sinais Brasileira (LIBRAS)

A Libras é o principal artefato da cultura surda, pois é fator constitutivo de sua identidade os diferenciando da cultura ouvinte A maneira que o pensamento e a linguagem do surdo são organizados difere da forma ouvinte, pois baseia-se em experiências visuais de difícil compreensão dos ouvintes. Desta forma, a Língua de Sinais é uma prática social, basilar para as práticas culturais e aprendizagem surda, e, foi bastante influenciada pela Língua Francesa de Sinais (PERLIN E TASCHETTO, 2013; SÁ, 2006; STROBEL, 2008).

Segundo Ramos (2011) os parâmetros da Libras são configuração das mãos, ponto de articulação, movimento, orientação e direcionalidade, expressão facial e corporal. É a combinação desses parâmetros que traz o significado para da língua. Ela pode ainda usar de soletração rítmica (empréstimos linguísticos da língua portuguesa), classificadores (conjunto

de elementos visuais) e processo anafórico (colocação do sujeito ausente nos diálogos entre surdos.

A primeira tentativa de registrar a Língua de Sinais (LS) no Brasil foi em 1969, com Eugênio Oates, um missionário americano, que publica um pequeno dicionário de sinais, linguagem das mãos, que apresenta um índice de aceitação por parte dos surdos de 50% dos sinais listados (RAMOS, 2011).

> A LIBRAS, como toda Língua de Sinais, é uma língua de modalidade gestual-visual porque utiliza, como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão; portanto, diferencia-se da Língua Portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva por utilizar, como canal ou meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos. Mas, as diferenças não estão somente na utilização de canais diferentes, estão também nas estruturas gramaticais de cada língua (RAMOS, 2002, p. 10).

A Lei de Libras nº 10.436/2002 foi regulamentada pelo Decreto nº 5626/2005 que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como a língua nacional usada pelas comunidades surdas do Brasil. Para que ocorresse esta regulamentação foi muito importante a ação de diversos atores: representantes de universidades, principalmente, pesquisadores que se dedicavam ao estudo e à descrição de língua(s) de sinal(is), de estabelecimentos de ensino para surdos e da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS).

> Esse reconhecimento da língua dos sinais no Brasil tornou-se prioridade para os movimentos sociais alavancados pelos surdos, que adotavam estratégias para tornar pública a Libras. Forte ação também da FENEIS que em suas unidades acirrava a discussão para o reconhecimento da Língua de Sinais fosse regulamentada como meio de comunicação legítimo dos surdos (QUADROS, 2006, p. 142).

Essa legislação, gerou, por extensão, a criação do Curso de Letras Libras, na Universidade Federal de Santa Catarina, em 2006. Em seguida, esse curso também foi criado na Universidade Federal de Goiás e na Universidade Federal da Paraíba. O reconhecimento da Libras como língua nacional impulsionou os estudos acadêmicos sobre o tema (QUADROS, 2013).

Nos estudos de Baalbaki (2021) sobre o processo de reconhecimento legal das Libras, foi observado que não se tratou de um movimento isolado, ao vislumbrar os movimentos de reconhecimento legal de línguas de sinais em outros países, é possível verificar um movimento na história em que “os efeitos da mundialização operam também em uma desconstrução das fronteiras linguísticas dos Estados, outrora tão fortemente erigidas” (BAALBAKI, 2016, p. 327).

Outro aspecto importante trazido por Baalbaki (2021, p. 260) é sobre a “ambivalência discursiva” estudo de Bär, Souza e Rodrigues (2018, p. 108) nos textos das leis brasileiras que regulam a educação bilíngue para surdos. Para as referidas autoras, a surdez segue significada,

sobretudo, pelo viés da anormalidade e falta que indica algo a ser admoestado e "raramente com a concepção de pertencimento do sujeito surdo a uma comunidade e minoria linguística." Assim, permaneceria nos textos legais, o atrelamento entre língua de sinais, sujeito surdo e deficiência.

Entretanto, não se pode descartar que a sanção da lei foi significativa de muitas formas, tais como: representou o respeito pela diversidade linguística, empoderamento linguístico, conquista por direitos linguísticos, liberdade de uso da língua etc. Ao legitimar o direito de uso de uma língua a lei asseguraria "o direito das pessoas surdas se constituírem sujeitos em sinais", sendo fundamental portanto no processo de constituição das identidades surdas (BÄR; SOUZA; RODRIGUES, 2018, p.103).

> Compreendemos que o sujeito-surdo se assujeita à língua de sinais, que é uma forma (visual) histórica, sujeita a equívocos, falhas, incompletude. O sujeito-surdo se inscreve na história pela via da visualidade e se constitui como sujeito em sinais, perpassado pela ideologia e pelo inconsciente. Entretanto, a inscrição do sujeito surdo na língua de sinais não se apoia (ao menos tão somente) na garantia legal (BAALBAKI, 2021, p. 263).

Apesar de terem ocorrido críticas ao texto da lei, pontua-se aqui a sua importância, haja vista que se passou a considerar a Libras como língua e não mais como mímica e conjunto de gestos. Dessa forma:

> [a] libras não foi tornada língua pela força da lei, foi reconhecida como tal; portanto, entendimentos sobre essa língua como conjunto de gestos e mímicas são redefinidas. O sujeito que era visto como alguém que tinha dificuldade de aprender a língua nacional passa a ser aquele que tem sua própria língua e pode vir a adquirir uma segunda língua na sua modalidade escrita, dentre outras tantas construções de verdades e fundações de histórias que se agenciam a essa nova forma de dizer a língua brasileira de sinais (CORDEIRO, 2020, p. 79).

Contudo, o texto legal, não estabelece a Libras como língua oficial do país, mas a reconhece como um sistema de comunicação utilizado pela comunidade surda do Brasil. O reconhecimento legal possibilita que a Libras tenha sua regulamentação institucional garantida Neste aspecto, ressalta-se que constitucionalmente a língua oficial do país é a Língua Portuguesa (WITCHS, 2018, p. 114).

Assim sendo, a Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05 reconhecem e legitimam o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todos os espaços públicos, obrigam o seu ensino como disciplina curricular nos cursos de magistério, educação especial, fonoaudiologia, pedagogia e demais licenciaturas, bem como determinam outras providências no modo de atendimento e de promoção da acessibilidade linguística aos surdos nos diferentes níveis de ensino, dispondo sobre a formação do professor bilíngue, do instrutor surdo de Libras, do intérprete e do direito à educação bilíngue (LACERDA; ALBRES; DRAGO, 2013).

Blanc (2000, p. 189 *apud* MEGALE, 2005, p. 9) define o termo Educação Bilíngue como "qualquer sistema de educação escolar no qual, em dado momento e período, simultânea ou consecutivamente, a instrução é planejada e ministrada em pelo menos duas línguas". No caso dos surdos, esse termo está relacionado à proposta de educação que surgiu a partir da necessidade de um desenvolvimento da linguagem de alunos surdos que fosse mais satisfatório, enfatizando "a necessidade de que o surdo adquira o mais precocemente possível uma língua de forma plena, a língua de sinais, considerada como primeira língua e, como segunda língua, aquela utilizada pelo país" (LACERDA; LODI, 2009, p. 14).

Já o termo bilinguismo se refere ao uso de mais de uma língua por um indivíduo ou um grupo social. De acordo com Cunha (2007, p. 14), "o que caracteriza esses indivíduos como bilíngues, é o fato deles interagirem com o mundo ao seu redor em duas ou mais línguas". Em outras palavras, segundo Ramos (2011), o atendimento educacional dos surdos tem como princípio no bilinguismo que a LS seja vista como primeira língua e a língua oficial do país onde o surdo vive seja a segunda língua, sendo a fala entendida como uma possibilidade, e não como obrigação.

Segundo Quadros (1997, p. 28) um dos objetivos educacionais para todas as crianças surdas deve ser um ótimo nível de bilinguismo, pois os Direitos Humanos Linguísticos, garantem que:

> a) que todos os seres humanos têm direito de se identificarem com uma língua materna(s) e de serem aceitos e respeitados por isso; (b) que todos têm o direito de aprender a língua materna(s) completamente, nas suas formas oral (quando fisiologicamente possível) e escrita (pressupondo que a maioria linguística seja educada na sua língua materna); c) que todos têm o direito de usar sua língua materna em todas as situações oficiais (inclusive na escola); d) que qualquer mudança que ocorra na língua materna seja voluntária e nunca imposta (QUADROS, 1997, p. 28).

Portanto, é necessário que os surdos tenham a oportunidade de viver em uma situação bilíngue, o que só é possível com a presença de duas línguas em seu contexto social: a Libras e a Língua Portuguesa (LP) no caso do Brasil.

Para Slomski (2010), os estudos linguísticos sobre as Língua dos Sinais (LS) e a Declaração dos Direitos Humanos e Linguísticos garantem que todos os usuários de uma língua não oficial do país ao qual pertencem, possuem o direito de serem educados na língua de seu grupo – a Libras, no caso dos surdos brasileiros. A implementação da proposta de Educação Bilíngue "envolve problemas complexos, uma vez que implica mudanças de concepção e reorganização de modos de atendimento da condição bilíngue da criança surda em várias esferas institucionais, tais como a família, a escola etc." (SLOMSKI, 2010, p. 59).

Quanto à proposta de inclusão, Lacerda e Lodi (2009) entendem que o professor atua como mediador e incentivador da construção do conhecimento, porém, a interação em sala de aula não acontece de maneira eficaz, uma vez que o surdo, em geral, não compartilha da mesma língua que seus colegas e professores, tendo o contato somente com o intérprete de Libras/Português.

Alguns autores como Leite (2005) e Silva (2010) acreditam que a simples presença do intérprete de Libras/Português não garante o acesso do aluno surdo aos processos de ensino/aprendizagem, pois, muitas vezes, esse profissional não tem formação adequada na área da tradução-interpretação e ainda atua no espaço educacional onde se desenrolam processos altamente complexos nas interações em sala de aula.

Assim, os aspectos culturais, sociais e educacionais do surdo são assuntos amplamente discutidos, o que não significa que são compreendidos em sua totalidade. Compreender as peculiaridades do povo surdo é fundamental para entender a forma que se comunicam. Skliar (1998) aborda a cultura surda como uma cultura de uma minoria linguística que é bem representada através das línguas de sinais. Afirmando que a língua de sinais não é isolamento, mas direito humano de pertencer a grupos com características distintas.

Logo, evidencia-se que quando os surdos interagem entre si, fazendo uso de sua língua para comunicar-se, vivenciando experiências visuais e compartilham valores, costumes, luta histórica e situações vividas constroem identidades e os empoderam enquanto grupo com uma diferença linguística demarcando assim, a sua cultura.

3.2 As Identidades Surdas

> Quando o sujeito constrói a própria identidade, não é apenas a sua existência biológica que ele concebe, mas também, e, sobretudo, sua existência como ser social, sua inserção no seio de um grupo, suas relações com outrem etc. A identidade pessoal se constrói mediante contínuas tomadas de consciência das próprias ações sobre o mundo e conquistará, quando o mundo dos possíveis [for] concebido de forma operatória, a capacidade de reflexão das referidas tomadas de consciência (LA TAILLE, 2006, p. 45-46).

Enquanto indivíduos, possuímos uma identidade pessoal e cultural porque somos únicos e vários ao mesmo tempo. E nossa singularidade se mostra com nossas características particulares e únicas adquiridas quando inseridos em uma cultura onde absorvemos ideias, pensamentos, conceitos, sentimentos, dúvidas e reflexões e construímos nossa própria representação no mundo enquanto pessoa (NÓBREGA *et al*., 2012).

Perlin (2011, p. 52) utiliza o conceito de identidade defendido por Hall (1997) com aporte nos estudos culturais, explicando que “a identidade é algo em questão, em construção,

uma construção móvel que pode frequentemente ser transformada ou estar em movimento, e que empurra o sujeito em diferentes posições".

No caso do indivíduos surdos, o fato de estarem na comunidade surda traz outras experiências diferentes daquelas voltadas à incapacidade de ouvir. Elas serão compartilhadas, propiciando aos indivíduos a possibilidade de se representar como sujeitos capazes e culturais; e que é no encontro do surdo com o seu semelhante que a formação ou a transição das identidades surdas acontecem: a construção da identidade dependerá, entre outras coisas, de como o sujeito é interpelado pelo meio em que vive. É neste aspecto que Perin (1998) acredita que o convívio com a comunidade surda é importante para a constituição das identidades surdas.

Nóbrega, *et al* (2012) evidenciaram em seus estudos sobre a questão e um discurso baseado na diferença cultural e linguística perpassa pela identidade do surdo, em contraposição ao ouvinte. Ser surdo, nesse contexto, significa acessar o mundo essencialmente pela experiência visual. Em que a vivência visual da natureza no mundo constitui seu modo de ser e uma característica fundamental da identidade do surdo.

Não existe um modelo padrão de identidade, posto serem os surdos diferentes entre si. Para caracterizar essa diversidade, a autora elaborou as categorias 'identidades surdas', 'identidades surdas híbridas', 'identidades de transição', 'identidade surda incompleta' e 'identidades flutuantes'. As 'identidades surdas' designam aqueles sujeitos para quem a comunicação visual é natural. Quando criança, a pessoa surda constitui sua linguagem por meio dos sinais, ampliando seu desenvolvimento à medida que amplia seu vocabulário; quando adulto, o surdo se sobressai militando em prol do acesso por meio da visualidade. Para quem possui a identidade surda, essa é uma realidade tranquila, comumente vivenciada por pessoas surdas cujos pais possuem a mesma condição (PERLIN, 1998).

Perlin (1998) dividiu em seis tipos ou categorias as Identidades Surdas, são elas:

1. Identidades Surdas - são percebidas nos surdos que utilizam a comunicação visual como meio de expressão, e cria uma identidade política que busca o é direito e próprio ao povo surdo, estas surgem dentro dos movimentos surdos.
2. Identidades Surdas Híbridas - são encontradas nos sujeitos que nasceram ouvintes e se tornaram surdos. Estes têm também a língua oral como língua de expressão.
3. Identidades Surdas de Transição - são percebidas nos surdos que estão em fase de transição para outra identidade, a identidade surda, estes nunca tiveram contato com outros surdos, somente convivendo com ouvintes e ao conhecer outros surdos se reconhecem como tal.

4. Identidades Surdas Flutuantes - são aquelas presentes nos surdos não convivem na comunidade surda, que são a favor da filosofia oralista, que tem uma visão da surdez clínica e por isso rejeitam a língua de sinais e a cultura. Preferem seguir a cultura ouvinte e se tornam dependentes destes.

5. Identidade Surda de Diáspora - aquela que o sujeito surdo que tem sua identidade surda e está de passagem de um país para outro, de uma região para outra, de um estado para outro, ou de um grupo para outro. Esta é muito comum na comunidade surda.

6. Identidades Surdas Incompletas - são aqueles surdos que nega a representação surda, há uma representação da identidade ouvinte como superior, pois a hegemonia dos ouvintes sufoca e ridiculariza a surdez através de estereótipos.

Cada surdo possui uma identidade e cultura própria. Gesser (2009) afirma que mais importante que enfatizarmos no termo "uma" devemos fortalecer a palavra "própria", no sentido de que essa afirmação seja percebida pela maioria ouvinte para que o surdo não seja excluído. Não existe uma batalha para saber qual identidade e cultura que se destaca, mas sim o reconhecimento de um povo. Ainda citando Gesser (2009, p. 53): "(...) tem de mudar as visões usuais para reconhecerem a existência de várias culturas, de compreenderem os diferentes espaços culturais obtidos pelos povos diferentes".

Perlin (2003) considerava que a individuação do surdo volta-se para o significado de sua diferença e refere-se aos indivíduos com identidade surda como sendo os atores de uma mudança social em prol do povo surdo, em detrimento daqueles sujeitos que se narram sob a perspectiva da reabilitação.

Na comunidade surda, em convivência com o movimento surdo, a representação da surdez como deficiência distancia-se da pessoa surda; ao ser conhecedor de sua diferença, a identidade surda consolida-se, tornando forte sua militância social (STROBEL, 2008).

A representação de identidade surda era vista como subordinada a identidade do ouvinte. Perlin (1998) analisou e constatou que o surdo não é visto de forma submissa, mas como um sujeito político que se constitui, a partir de suas representações sobre a diferença. Ela nos afirma que a identidade surda precisa, no entanto, ser procurada na diferença, para além de um conceito redutor, o da subordinação. Precisa, por exemplo, ser procurada numa concepção de diferença e de resistência.

Citado por Perin (2008), Hall (1997) distingue três concepções muito diferentes sobre a identidade que são: sujeito do iluminismo, sujeito sociológico, sujeito pós-moderno. No entendimento de Perin (2008), o sujeito do iluminismo era um ser centrado, unificado; o sujeito sociológico era formado pelas relações sociais. Nesse sentido, evidencia-se a importância do

social para a formação do indivíduo, que depende de estímulos externos para o desenvolvimento da identidade do ouvinte no surdo.

> Já a concepção de identidade do sujeito pós-moderno, é fragmentada e descentralizada na prática, não tem uma identidade fixa, se apropria de todos os sistemas culturais e adere a diferentes contextos culturais, tornando-se um indivíduo sem identidade própria (HALL, 2011, p. 11).

Perlin (2006, p. 136) demonstra que corrobora as ideias de Hall (1997) no sentido da descentralização das identidades, e explica que a concepção de descentralização alude ao fato de que o iluminismo traçou um modelo de pessoa perfeita que deveria ser almejado por todos. Modelo esse que precisa ser problematizado para que se possa construir uma sociedade baseada na diversidade, assim para Perlin (2006, p. 138): "as identidades surdas são multifacetadas, fragmentadas, em constantes mudanças; jamais se encontra uma identidade mestre, um foco. Os surdos passam a ser surdos através da experiência visual, de adquirir certo jeito de ser surdo".

Ou seja, a formação do sujeito descentrado assume múltiplas dinâmicas e múltiplas culturas na formação de sua identidade. O desafio que existe é o de como examinar essas identidades ou quais relações de poder estão envolvidas na sua constituição (PERLIN, 2008).

Quando se trata da questão do multiculturalismo é que se compreende essa diversidade de identidade baseada em diferentes tipos de comunicação que os indivíduos usam e estabelecem uma comunicação mais adequada. Como delineado na construção da pesquisadora Strobel (2008):

> Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das "almas" das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2008, p. 22).

É através da identidade cultural que se distingue diferentes grupos sociais e culturais entre si. "É por meio da cultura que uma comunidade se constitui, integra e identifica as pessoas e lhes dá o carimbo de pertinência, de identidade" (Salles, 2004, p. 40). A identidade cultural pode ser melhor entendida se considerar a produção da política da identidade, que também dá origem a esta metodologia da educação do surdo (PERLIN, 2008).

Assim sendo, é nesta série de narrativas que enfatizam a cultura surda, moldam a identidade que vão tecendo a identificação dos surdos. Conforme a afirmação de Hall (2003, p: 83) "todos nos localizamos em vocabulários culturais e sem eles não conseguimos produzir enunciações enquanto sujeitos culturais".

Por isso, ainda se acrescenta que, em síntese, essa identidade é constituída de diferentes atividades vivenciadas pelo sujeito no âmbito ao qual ele está inserido. O que abre um leque de discussões sobre a formação social do sujeito surdo em um contexto diversificado.

3.3 As Tecnologias Digitais (TDs) favorecendo a identidade surda

Segundo Silva (2010), a cultura surda expressa o seu jeito de ser e estar no mundo e utiliza a visão como meio principal para a obtenção de conhecimentos. Nesse sentido, a surdez é uma experiência visual, em que "todos os mecanismos de processamento da informação, e todas as formas de compreender o universo em seu entorno, se constroem como experiência visual", conforme Skliar (2013, p. 28).

Tal aspecto da cultura surda pode ser favorecido pelas TDs a medida em que elas se apresentam como um recurso que agrega o processo de aprendizagem dos surdos, como novas habilidades para leitura, escrita e interação social. Elas ampliam as inúmeras possibilidades de uso, intensificam formas de difusão e admitem novos modos de construção do discurso (SILVA, 2004).

Nesta dissertação, optou-se por utilizar o termo Tecnologias Digitais (TDs) ao invés de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), haja vista que na literatura, são encontrados de forma recorrente os termos tecnologia educacional, tecnologia educativa, informática educativa, TIC, TDIC, "novas" tecnologias, tecnologias digitais e analógicas, entre outros, como aponta Mill (2013).

O homem, ao longo da história, sempre buscou meios de expressar suas necessidades e anseios, mas, principalmente, de se comunicar com seus semelhantes e os demais. Ao encontrar sinergia entre essas formas recebeu a contribuição das novas tecnologias digitais, pois estas são o diferencial da interação. (BUENO, 2000, p. 50 *apud* ROCHA, 2015, p. 65).

Esse tempo pontual se deriva da produção *Just in time*[1] que essa sociedade experimenta, ou seja, se produz à medida das suas necessidades e de suas transformações sociais. Nela há um sistema flexível de fluxo tenso, de estoque zero e tempo de espera zero. O tempo da "informática deixa crer que vai muito depressa, ainda que não queira saber de onde vem e para onde vai. Ele é a velocidade" (LÉVY, 2006, p. 115).

Ainda segundo Lévy (1997), a informática difundiu cada vez mais uma cibercultura, que é na verdade "um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes,

1 *Just in time* é um sistema de administração da produção que determina que nada deve ser produzido, transportado ou comprado antes da hora exata.

de modos de pensamentos e de valores que se desenvolvem paralelamente ao crescimento do ciberespaço" (Lévy, 1997, p. 107). O ciberespaço, por sua vez, substancia-se no "espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e memórias informáticas".

Os processos e descobertas científico-técnicos, nos últimos tempos, na engenharia eletrônica, na informática, na comunicação e nas biotecnologias, causaram verdadeiras revoluções nos conceitos e modos de vida da humanidade. O chamado mundo virtual no qual se entra e se passa um tempo quando se acessa a internet, é excessivamente real. Segundo Gonçalves (2012), a generalização do uso da Internet (sobretudo de 1966 até hoje) e a globalização do planeta aceleraram, possibilitando ultrapassar as distâncias físicas, as fronteiras geográficas e culturais. A globalização é hoje um fator de democratização, uma vantagem para a economia e para a cultura; e um processo de intervenção cada vez mais usado e popularizado.

A informação sempre foi uma necessidade, principalmente, quando se fala de comunicação de massa. A facilidade, a velocidade e a precisão com que se obtêm essas informações hoje em dia com a evolução tecnológica influenciam a maneira pela qual passam a ser produzidas e a circular, criando um diferencial em relação às antigas formas de comunicação de massa, interagindo ponto a ponto, com direcionamento.

Para Lévy (1999):

> Do mais básico ao mais elaborado, três princípios orientaram o crescimento inicial do ciberespaço: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva. Uma das ideias (...) mais fortes na imagem do ciberespaço é a da interconexão. Para a cibercultura, a conexão é sempre preferível ao isolamento. O ciberespaço visa, por meio de qualquer tipo de ligações físicas, um tipo particular de relação entre as pessoas (LÉVY, 1999, p. 127).

Desse modo, a sociedade tem se organizado de forma diferente diante do advento tecnológico do computador e da internet, possibilitando diversas maneiras de aprender, comunicar-se e relaciona-se. Isto, por sua vez impacta na construções de novas referências culturais.

3.4 O letramento digital

As TDs são fundamentais para que ocorra o que se convencionou chamou de letramento digital, uma derivação do conceito de letramento, voltada para a realidade virtual. Kleiman (2008, p.18) define letramento como sendo "um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos". Esta palavra tem sido adotada em diversos contextos inclusive no ciberespaço,

pois mesmo que o sujeito domine a escrita e a leitura de textos impressos podem não ter conhecimento no aspecto digital.

Autores como Buzato (2006) e Xavier (2009) conceituaram o letramento digital como:

> [...] conjuntos de letramentos (práticas sociais) que se apoiam, entrelaçam, e apropriam mútua e continuamente por meio de dispositivos digitais para finalidades específicas, tanto em contextos socioculturais geograficamente e temporalmente limitados, quanto naqueles construídos pela interação mediada eletronicamente (BUZATO, 2006, p. 16).

> [...] o domínio pelo indivíduo de funções e ações necessárias à utilização eficiente e rápida de equipamentos dotados de tecnologia digital, tais como computadores pessoais, telefones celulares, caixas - eletrônicos de banco, tocadores e gravadores digitais, manuseio de filmadoras e afins. O letrado digital exige do sujeito modos específicos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não - verbais. Ele utiliza com facilidade os recursos expressivos como imagens, desenhos, vídeos para interagircom outros sujeitos. Trata-se de novas práticas lecto-escritas e interacionais efetuadasem ambiente digital com intenso uso de hipertextos on e off-line (XAVIER, 2009, p.6).

Contudo, o indivíduo pode ser considerado letrado no âmbito digital quando consegue utilizar variados gêneros eletrônicos (como *blogs*, *chats*, *fóruns*, *e-mail*) de forma eficiente. Em outro momento, poderá precisar de ajuda para executar algum programa ou realizar alguma atividade. Isso faz com que o usuário esteja em constante aprendizado para dominar as diversas habilidades e competências.

Rojo e Moura (2012) apontam para o multiletramento quando se referem aos novos letramentos emergentes a partir das tecnologias digitais, dando novas possibilidades de aprendizado e expressão para surdos em sala de aula diante da multimodalidade. Definindo que a multimodalidade nas tecnologias digitais, perpassa pelas diferentes maneiras que a linguagem pode assumir, seja ela, escrita, oral, visual e para isto, é essencial para a compreensão e a significação a capacidade prática de surdos e ouvintes, produzindo mais significados do que a soma de cada parte isolada poderia significar separadamente, caracterizando a chamada "multimodalidade" ou "multisemiose" dos textos contemporâneos (ROJO; MOURA, 2012 *apud* MARTINS; LINS, 2015, p. 193).

Dessa maneira, o indivíduo surdo é capaz de usar de forma adequada os recursos tecnológicos de maneira a modificar sua vida e a conviver com pessoas de diferentes culturas, construindo relações e construções sociais também no meio digital.

4 REVISÃO SISTEMÁTICA: DISCUSSÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Apresenta-se aqui uma revisão de literatura voltada para os estudos que abordam a temática do uso das TDs que favorecem a identidade surda. Primeiramente, fazemos uma breve apresentação do conteúdo dos artigos selecionados e, em seguida, propomos uma reflexão a respeito dos principais pontos tratados pelos artigos. Durante a leitura dos trabalhos selecionados, percebemos o uso de diferentes termos para nomear os recursos tecnológicos, os quais foram utilizados na divisão dos próximos tópicos, a fim de facilitar o entendimento.

4.1 Apresentação dos Artigos selecionados

Dos 19 artigos, artigos que fazem parte da análise da literatura encontrada nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, 52,70% correspondem a artigos publicados em revistas científicas com foco em educação; 26,30% são teses de doutorado ou dissertação de mestrado de programas de pós-graduação da faculdade de letras e da faculdade de educação, 5,20% são monografias de conclusão de curso, 5,20% são artigos publicados em Anais de eventos acadêmicos e 10,60% são artigos publicados em livros disponibilizados na internet.

15,80% dos artigos foram publicados entre os anos de 2002 e 2010; 84,20% dos artigos correspondem ao período de 2011 a 2020. Não foram encontrados nenhum trabalho nos últimos 2 anos (2021 e 2022). Os 19 artigos estão listados no quadro a seguir:

Quadro 2: Revisão de Literatura.

AUTORES	TÍTULO	ANO
AMORIM, W. de M. A	A evolução das tecnologias assistivas para surdos no Brasil e no mundo.	2012
ANDRIOLI, M. G. P.; VIEIRA, C. R.; CAMPOS, S. R. L	Uso das tecnologias digitais pelas pessoas surdas como um meio de amplificação da cidadania.	2013
ARCOVERDE, R. D. de L.	Tecnologias digitais: novo espaço interativo na produção escrita dos surdos	2006
BAALBAKI, A. C. F.	Línguas, escola e sujeito surdo: análise do "Relatório sobre a política linguística de educação bilíngue: Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa	2016
BÄR, E. C.; SOUZA, R. M.; RODRIGUES, C. S.	Quando a Política Linguística se funda na noção de deficiência: circularidade nos textos das leis e a ilusão da garantia de direitos linguísticos	2018
BENTES, J. A. de O.; HAYASH, M. C. P. I.	Normalidade, diversidade e alteridade na história do Instituto Nacional de Surdos.	2016
BISOL, C. A.; BREMM, E. S.; VALENTINI, C. B.	Blogs de adolescentes surdos: escrita e construção de sentido.	2010
CORDEIRO, A. L	Com quantas vozes se constrói a surdez: o INES e os sentidos da educação de surdos	2020

DIZEU, L. C. T. de B. e CAPORALI, S. A.	A Língua de Sinais Constituindo o Surdo como Sujeito.	2005
FERREIRA, W. de M.	Os Gestos na Interação de Crianças Ouvintes e Surdas: As Possibilidades de Um Contexto Bilíngue	2010
GUARINELLO, A. C	O Papel do outro no Processo de Construção de Produções Escritas por Sujeitos Surdos.	2004
LACERDA, C. B. F. de; ALBRES, N. de A.; DRAGO, S. L. dos S.	Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo	2013
LOPES, G. K. F.	O uso das tecnologias no processo de ensino e de aprendizagem do surdo: libras em educação a distância	2017
NÓBREGA, J. D. *et al*.,	Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais	2012
NUNES, M. V.; PORTELA, M. G	As representações sociais da identidade surda e o direito ao reconhecimento	2017
PERLIN, G.	Identidades Surdas	2011
RAMOS, E. O. M.	O papel da LIBRAS no aprendizado da língua portuguesa do aluno surdo não oralizado	2011
STROBEL, K.	As imagens do outro sobre a cultura surda	2008
WITCHS, P. H.	Governamento linguístico em educação de surdos: práticas de produção do Surdus mundi no século XX	2018

Fonte: Autoral.

Após análise dos artigos decidiu-se por dividir os artigos em dois grandes eixos temáticos ou categorias para discussão: tecnologias digitais e história e cultura surda. Tais eixos ou categorias encontram-se dispostas e discutidas a seguir (nos tópicos 4.1.1 e 4.1.2).

4.1.1 Tecnologias Digitais

O tema tecnologias digitais destaca-se em 2 artigos encontrados em nossa pesquisa bibliográfica. Eles tratam diretamente da escrita e da interação social promovida pelos atuais recursos tecnológicos, como redes sociais, *e-mail*, *chat*, *blog*. Outros 2 artigos tratam da identidade surda, 1 enfoca cultura surda e vários artigos citam a importância do letramento digital para surdos por meio do uso das TDs, embora não haja um trabalho com objetivo específico nesse tema, o letramento digital aparece como uma necessidade para a inclusão no mundo atual.

O primeiro artigo “Tecnologias digitais: novo espaço interativo na produção escrita dos surdos”, de Arcoverde (2006), é um estudo que trata sobre o uso social da linguagem escrita/língua portuguesa por surdos em interação com ouvintes em contexto digital.

O estudo teve como objetivo analisar as tecnologias digitais como potencializadoras para a instauração de interações sociais cada vez mais amplas, permitindo por meio das ferramentas de comunicação mediada por computador (*e-mail*, *chat*, lista de discussão), a multiplicidade de dinâmicas linguístico-discursivas que possibilitam o uso da linguagem.

A autora selecionou os surdos como público-alvo e partiu para os seguintes questionamentos: para quem almejamos uma prática efetiva de uso da linguagem escrita? Como concebemos o surdo? Se esses contatos sociais não ocorrem, como o surdo vai poder instaurar suas referências de identidade? Em que lugar os surdos podem encontrar significação para sua palavra, para seu entendimento de mundo e de si mesmos?

Assim, a autora faz considerações sobre o contexto digital onde ressalta as possibilidades de uso das tecnologias digitais nas práticas educacionais, como um suporte eficaz, para a criação de ambientes que promovem interações sociais. Lembrando que anteriormente não se levava em conta o surdo como um sujeito social que, como todo ser humano, tem o direito de aprender e de ser visto como alguém que é capaz.

Para efeito de sua pesquisa a autora analisou situações de produção escrita de surdos e pode constatar que os dados mostram o discurso de um enunciador, com seus temas, entoações, dialogismos e plurilinguismo, de acordo com o uso social e significativo da linguagem escrita. No quadro abaixo, categorias e reflexões associadas à pesquisa de Arcoverde (2006).

Quadro 3: Categorias e reflexões do artigo em questão.

Categorias	Reflexões
Categoria 1 - Diálogos sobre LIBRAS	Em alguns episódios, evidenciam-se práticas discursivas em que a linguagem escrita em língua portuguesa foi utilizada para discutir posições, revisar concepções e assinalar manifestações entrelaçadas por conteúdos ideológicos sobre aspectos relacionados à condição de ser surdo ou ao uso da língua de sinais.
Categoria 2 e 3 - O conflito família x LIBRAS	Nesse caso específico, a autora constatou, nos diálogos, as forças sociais que criam a vida da linguagem. Assim, enquanto a família assume uma prática em que impõe o apagamento de uma língua social, o surdo busca, no contato com outros surdos, a linguagem viva, revelando a força que há em meio a um plurilinguismo dinâmico, que faz a língua manter-se sempre presente e em contato com outras linguagens.
Categoria 4 - Diálogos de interação e amizade	Vivenciar e compartilhar um pouco de cada um, suas angústias e suas necessidades. Não há dúvida de que isso ocorreu em dupla mão. Surdos e ouvintes, algumas vezes, enviaram mensagens comentando sobre o trabalho, desejando sucesso, pois mesmo “do lado de lá”, distantes por um cabo de fibra ótica ou uma linhatelefônica, eles permaneceram do “lado de cá” e puderam vivenciar, também, as nossas ansiedades.

Fonte: Arcoverde (2006). Adaptado.

Por meio de sua pesquisa, Arcoverde (2006) concluiu que as relações concretizadas no contexto digital conferem às interações um importante papel no uso social da linguagem escrita em língua portuguesa, principalmente, no caso dos surdos.

Ficou evidenciado ao longo da pesquisa, que no contexto das tecnologias digitais os autores pesquisados são unânimes em afirmar que as tecnologias digitais têm favorecido às identidades surdas, impulsionando a escrita e proporcionando a interação social.

O segundo artigo "*Blogs* de adolescentes surdos: escrita e construção de sentido", escrito por Bisol, Bremm e Valentini (2010), apresenta uma análise de recursos narrativos que foram utilizados por três adolescentes surdos fluentes em Libras, a partir de suas produções escritas em LP, publicados em blogs.

Os objetivos dos autores eram apresentar um modo de trabalho criativo com alunos surdos em ambiente escolar, a fim de potencializar a aprendizagem e uma apropriação mais efetiva da LP em sua modalidade escrita, bem como "promover a inclusão dos jovens surdos no universo digital e no uso das tecnologias da comunicação para a construção de redes de interação" (BISOL; BREMM; VALENTINI, 2010, p. 292).

Bisol, Bremm e Valentini (2010, p. 293) também citam alguns benefícios trazidos para os surdos através do uso das TDs, sobretudo, do computador e da internet, tais como: a) aumento de interações entre membros da Comunidade Surda; b) aprendizagem e uso da LS escrita; c) conhecimento da cultura da informática; d) acesso à história e à Cultura Surda; e) compartilhamento de vídeos on-line com a possibilidade de comunicação diretamente em LS.

Segundo Bisol, Bremm e Valentini (2010), apesar de os trabalhos a respeito do uso do *blog* como instrumento de ensino/aprendizagem da escrita seja incipiente, ele se mostra bastante promissor. O resultado de sua pesquisa demonstra a eficiência de tal utilização, uma vez que os alunos surdos demonstraram bastante facilidade na apropriação das ferramentas disponibilizadas no ambiente virtual e tiveram curiosidade de conhecer todos os recursos disponíveis (BISOL; BREMM; VALENTINI, 2010).

O terceiro artigo trata da temática de nossa pesquisa sobre a identidade surda propriamente dita, intitulado "Histórias de vida surda: Identidades em questão", de Gladis Perlin (2008), investigadora surda brasileira. Ela cita algumas das várias identidades comuns entre o povo surdo. Entre as diferentes identidades, Perlin aponta as identidades surdas como presentes em grupos de sujeitos que fazem uso da comunicação visual (as línguas gestuais) e partilham das comunidades e culturas surdas.

A autora reforça a importância da identidade e da cultura surda, na perspectiva de fortalecer o orgulho de ser surdo, e assim, a sociedade respeitá-los e incluí-los. Sua pesquisa transita por muitos aspectos, tais como: as subjetividades, as identidades culturais, as relações desiguais de poderes que se interpelam e se narram cotidianamente. Nesse sentido, a autora explica que a existência de representações da identidade hegemônica (ouvinte) sempre se faz presente e interfere no diferente. Neste sentido, diante da representação dominantemente presente da identidade ouvinte, a identidade surda é levada a ser vista como uma identidade subalterna. Entretanto, em uma concepção de alteridade, o surdo não é visto de forma

subalterna, mas como um sujeito político que se constitui a partir das representações sobre a sua diferença.

Para Perlin (2011), a constituição da identidade dependerá, entre outras coisas, de como o sujeito é interpelado pelo meio em que vive. Um surdo que vive junto a ouvintes que consideram a surdez uma deficiência que deve ser tratada pode constituir uma identidade referendada nesta ótica, mas um surdo que vive dentro de sua comunidade possui outras narrativas para contar a sua diferença e constituir sua identidade. A identidade nos meios culturais sempre foi afetada por um ou outro poder de controle em tempos e espaços determinados.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a autora fez a investigação dos aspectos da identidade dos surdos, na comunidade de Porto Alegre presente em diferentes locais: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul, e outras escolas. Todos os surdos entrevistados conhecem as práticas da comunidade surda e seu movimento.

Concluindo que, historicamente, o povo surdo foi marcado por vários conceitos em relação a sua identidade e sua cultura. Existem vários conceitos sobre cultura e aqui apontamos o jeito de ser e estar no mundo de um povo surdo. Alguns conceitos não mostravam com nitidez o ser surdo já que várias dessas opiniões sobre o sujeito surdo eram formadas por ouvintes (que era maioria), ou seja, que não conviviam e nem conheciam profundamente o sujeito surdo. De acordo com Perin (2011), o sujeito surdo tem a sua forma própria de conceber as identidades surdas. Identidade que, encontra-se constantemente em um processo de construção.

4.1.2 História e cultura surda

Para o segundo eixo temático, destacamos a pesquisa intitulada “Surdos: vestígios culturais não registrados na história” dissertação de Karin Lilian Strobel que foi utilizada como embasamento para contar um pouco da história do povo surdo, papel fundamental da língua de sinais, o reconhecimento da cultura surda e a construção de sua identidade.

A autora na análise dos escritos sobre a história dos surdos ao longo do tempo, afirma que não foi fácil, que “foram feitas muitas injustiças atrozes contra nós, não aceitavam o ‘diferente’ e nossas ‘diferenças’” (STROBEL, 2008, p. 13).

Em afirmativa a cultura surda, a autora identifica que nos campos de investigação dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos vêm mostrando os estudos referentes aos sujeitos surdos, muitos deles feitos pelos próprios sujeitos surdos. Atualmente, a terminologia ‘surdo’ é

a mais aceita sendo repelida a terminologia ‘deficiente auditivo’. Trata-se do respeito pela expressão cultural surda com suas subjetividades, identidades, políticas, histórias, línguas, pedagogia e outros, sendo assim, o povo surdo se autoidentifica como ‘surdo’, que formam um grupo com as específicas características linguísticas, cognitivas e culturais, sendo considerados como diferença.

Tanto Strobel (2008) quanto Perlin (2011) partilham do seguinte entendimento:

> (…) As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com a maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o individuo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes, de menos valia social (PERLIN, 2004, p.77- 78).

A autora conclui e reforça que a cultura surda é o padrão de comportamento por sujeitos surdos, compartilhadas: a experiência trocada com os seus semelhantes, quer seja na escola, nas associações de surdos ou encontros informais, com isto origina a identificação como pertencente a um povo distinto caracterizado por compartilhar língua de sinais, valores culturais, hábitos e modos de socialização.

Outros trabalhos também desenvolvem a história da cultura surda, bem como a relação da educação surda com a construção de uma cultura que avança na concepção da surdez como uma deficiência e a compreende como constituidora de um grupo social específico. Toda a discursão realizada na nossa fundamentação teórica sobre as concepções oralistas e o bilinguismo aparecem também nesses trabalhos. Destacam-se: Bentes, J.; Hayash, M. (2016), Ramos (2011) e Witchs, P. (2018).

5 ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente destaca-se que a bibliografia consultada faz menção a algumas tecnologias digitais voltadas para a comunicação dos surdos. Como demonstrado na fundamentação teórica, as tecnologias digitais vêm transformando a realidade das ações com novas perspectivas para a vida, quando acrescenta opções de comunicação e interação social. Nesse sentido, apresentando 3 exemplos[2] que são utilizados no dia a dia e nas escolas que são discutidos no artigo de Amorim (2013): Hand Talk, Prodeaf e Viavel Brasil.

Figura 4: Hand Talk.



Fonte: IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística. 2013. Disponível em: <http://ipol.org.br/melhor-aplicativo-social-do-mundo-ajuda-na-comunicacao-com-surdos/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

O Hand Talk (A Fala das Mãos, em tradução livre) faz, gratuitamente, a tradução automática do português para a Língua Brasileira dos Sinais (Libras). Lançado em julho de 2013, ele funciona em celulares e tablets com sistemas Android e iOS (AMORIM, 2013).

O segundo exemplo, imagem 5, na próxima página, é uma solução que visa garantir uma comunicação fluente, em tempo real, entre surdos e ouvintes, a qualquer hora e em qualquer lugar. O sistema basicamente converte o som falado em língua de sinais e vice-versa. Ou seja, o deficiente auditivo entenderá tudo que o ouvinte falar, pois sua voz será convertida para a língua de sinais. O caminho inverso também é válido, o ouvinte não precisará aprender a língua de sinais para entender o deficiente auditivo, pois tudo que o surdo gesticular será traduzido

[2] Outras tecnologias: sound amplifier - um gravador de voz amplificado, usado com fones de ouvido. Jacoti Lola, simula a função de um sistema de microfone remoto. Moviereading, realiza legendas e audiodescrição de filmes. VLibras - um tradutor simultâneo de Libras. Transcribe - transcreve na tela do celular o que está sendo dito. RogerVoice - realiza ligações telefônicas com legendas. LiveListen, somente para iPhone - é um microfone remoto com o recurso Ouvir ao Vivo. E, webcaptioner - um recurso de acessibilidade para aulas remota.

para fala, em qualquer idioma. O ProDeaf é desenvolvido por linguistas e surdos seguindo as regras gramaticais de Libras (AMORIM, 2013).

Figura 5: ProDeaf.



Fonte: Windows Club. 2013. Disponível em: <https://windowsclub.com.br/prodeaf-comunicacao-com-surdos-libras-para-windows-phone/> Acesso em: 15 jun. 2023

Por fim, destaca-se o Viável Brasil, imagem 6. O serviço é intermediado por uma central de intérpretes, através do VPAD, aparelho de videoconferência, criado pela empresa. Com esta tecnologia o usuário surdo faz uma chamada para a central, via vídeo, em Libras. As ligações solicitadas podem ser feitas para telefone fixo e/ou celular. Em Libras, o usuário surdo sinaliza para o intérprete enquanto este transmite o conteúdo sinalizado, através da fala, para a pessoa a quem se destina a mensagem. (AMORIM, 2013).

Figura 6: Viavel Brasil



Fonte: Viável Brasil. 2012. Disponível em: <http://acessibilidadeparasurdos.blogspot.com/2012/02/viavel-brasil-oferece-siv-servico-de.html> Acesso em: 15 jun. 2023.

Estes são apenas alguns produtos que já contam com mais de uma década. Quanto à internet, o surdo pode encontrar textos que, por conter imagens, produzem efeitos visuais que facilitam a compreensão. Além disso, a Internet oferece a possibilidade da escrita em sinais e veicula informações em sites em língua de sinais gestual. Os surdos se comunicam através de sites de conversas e relacionamento como MSN, *whatsapp*, *facebook*, *skipe*, entre outros.

Diante disso, retomamos a nossa questão central que conduziu a leitura e intepretação da literatura selecionada: até que ponto as novas tecnologias digitais favorecem a instauração de suas referências de identidade? Os artigos respondem a essa questão destacando que a tecnologia digital favorece a identidade surda por meio de três principais características: escrita, autonomia e interação social.

Lévy (1993, p. 96) afirma que é a partir do uso da escrita que os conhecimentos são passados de geração em geração, assim "sem a escrita não há datas e nem arquivos, não há lista de observações, tabelas de números, não há códigos legislativos, nem sistemas filosóficos e muito menos críticas destes sistemas".

> Usar a escrita, no entanto, é muito mais do que o domínio dos códigos de um sistema linguístico que podem ser utilizados para registrar documentos, narrativas, para publicar informações, enviar bilhetes ou noticiar fatos. Escrever é fazer uso de um instrumento cultural e ideológico que permite ao sujeito refletir, elaborar o conhecimento e tomar consciência ideológica de si e do mundo que o rodeia. É, antes de tudo, fazer-se lido e ler, compreender, responder, perguntar ou argumentar. É usar uma língua, que carrega consigo valores, entoações, estilos, gêneros e discursos. É, portanto, fazer uso de uma linguagem social, cultural, ideológica, política (ARCOVERDE, 2006, p. 255).

Neste contexto, a educação da pessoa surda é favorecida pela usabilidade das TDs, pois tem sido uma interface que privilegia a acessibilidade linguística para o surdo. São recursos que agregam o processo de aprendizagem tanto para sua língua materna, a Língua de Sinais, quanto para o Português na língua escrita, considerada uma segunda língua para o indivíduo surdo (SKLIAR, 2013).

As Tecnologias Digitais desencadearam uma necessidade em apropriar-se de conhecimentos da língua escrita. Neste aspecto, Arcoverde (2006, p. 256) pontua que a Internet possibilitou o sujeito surdo a escrever e pensar em português. "Nesse caso, podemos verificar que os surdos, quando vivenciam essa experiência, podem penetrar numa situação concreta de enunciação e usar a linguagem escrita em língua portuguesa para interagir com os outros". Os sites de notícias, as redes sociais e os ambientes de aprendizagem fizeram com que os surdos se desafiassem na compreensão e na transmissão de ideias através da escrita.

> Devemos, para tanto, possibilitar, no contexto digital, condições para que vozes/ enunciados se entrecruzem na configuração de um espaço onde os surdos e a palavra escrita em língua portuguesa possam se encontrar, tendo em vista que, se ao

> conhecimento subjaz um diálogo ativo e responsivo, sem a palavra não pode haver conhecimento (ARCOVERDE, 2006, p. 256).

O uso das TDs e seus benefícios para a aprendizagem bilíngue, conforme discutido anteriormente, são diversos, pois existem múltiplas possibilidades para o acesso e o compartilhamento de conhecimentos e de comunicação entre diferentes usuários independentemente de suas identidades e culturas. Segundo Arcoverde (2006), neste contexto digital e na diversidade social de linguagens, os surdos podem interagir e, "graças ao plurilinguismo social", orquestrar seus temas, sua voz e sua linguagem.

> Fazer uso da linguagem escrita significa, para os surdos, apropriar-se de um conhecimento social e cultural de grande amplitude. Essa apropriação se dá pelo diálogo entre diferentes linguagens sociais, diferentes discursos, na pluridiscursividade de enunciados e na multiplicidade de vozes. Isso pode tornar o surdo integrante da nação a que pertence, na medida em que, ao se apropriar da linguagem escrita em língua portuguesa, ele pode estabelecer e ampliar suas interações, negociar sentidos, trocar conhecimentos, inserir-se no mundo discursivo e produzir seus próprios enunciados (ARCOVERDE, 2006, p. 257).

Segundo Freire (2011), o acessar as informações, há uma participação social que os levam a quebrar barreiras comunicacionais, assim os surdos manifestam suas opiniões, expressam seus desejos e atuam como seres autônomos e livres.

Ainda segundo o autor, a ideia de buscar a participação ativa do surdo no tempo histórico-social em que vive, é um caminho a ser considerado ao pensar sobre a sua autonomia (Freire, 2011). Ou seja, as contribuições proporcionadas pelas TDs são fundamentais para retirá-los do isolamento em que viveram por tanto tempo, dando-lhes mais autonomia para ter acesso a informações importantes e de seu interesse e ao mesmo tempo podendo compartilhá-las de diferentes maneiras, especialmente pelo uso de celulares e internet (ADRIOLI *et al*., 2013).

Assim, o trabalho de Arcoverde (2006) ressalta que ressignificar sua escrita fazendo um uso social da linguagem. Permitem que, num sentido amplo, tenham a oportunidade de interagir e aprender, independentemente de sua condição física. Mais do que isto, o uso de TDs é também uma forma de garantir que o surdo tenha o letramento digital necessário para sua inserção no novo modo de organização social, pautado no computador e na internet.

Por meio das novas TDs, os surdos (assim como os ouvintes) podem ter sua maior inserção comunicativa, por exemplo, pelo uso intenso das redes sociais, as quais, embora utilizadas para o lazer, promovem um intenso contato com o português, o uso de tradutores *on-line*, dicionários e, principalmente, a facilitação do uso de hipermídias, rompendo com as relações de controle unilateral da informação e da comunicação (ROJO; MOURA, 2012).

Nesse sentido, pode-se citar o *weblog*, também conhecido como *blog* ou diário virtual, permite aos usuários colocarem conteúdo na rede e interagir com outros usuários. Essa ferramenta apresenta as vantagens de ser facilmente criada, editada e publicada, sem exigir conhecimentos técnicos especializados. O *blog* é um tipo de publicação *on-line* com estrutura hipertextual, caracterizado por textos curtos e postados em blocos padronizados (*posts*), organizados em ordem cronológica reversa. Cada bloco de texto gera um *link* permanente de acesso que pode ser enriquecido por comentários intertextuais e interdependentes (Gutierrez, 2005). Essa possibilidade de comentar os *posts* em outros *blogs* permite a interação com o leitor, gerando redes sociais abertas em constante construção, que Gutierrez (2005) denomina de "blogosfera".

Além disso, o *weblog* possibilita um espaço para a emergência da autoria, pois permite ao "blogueiro" narrar a si mesmo e acessar seus sentimentos e percepções. O "blogueiro" também pode transformar os aspectos visuais desse ambiente virtual, enfatizando o caráter estético e estrutural da página, conforme o trabalho demonstrado por Gutierrez (2005). Uma experiência de sucesso com o uso de *blogs* por adolescentes surdos foi realizada por Camargo, Valentini e Bisol (2005). Os jovens mostraram facilidade de se apropriar das ferramentas disponibilizadas em ambientes informatizados e curiosidade em conhecer as opções de ferramentas disponíveis para formatação de *posts* e *interface* do *blog*.

Quanto à interação, Thompson (1998, p. 77 *apud* MARTINS, 2005, p. 86) argumenta que o "desenvolvimento dos meios de comunicação cria novas formas de ação e de interação e novos tipos de relacionamentos sociais – formas que são bastante diferentes das que tinham prevalecido durante a maior parte da história humana". Neste aspecto, a interação passa a se dar dissociada do ambiente físico, ou seja, pode ocorrer mesmo que o espaço-tempo vivenciadopelos indivíduos envolvidos não seja o mesmo.

> As interações mediadas por NTIC criam outras formas de interação que não se encaixam em nenhuma das propostas por ele. Propõe-se aqui um quarto tipo de interação: a mediatizada. Ela é similar à mediada, porém é orientada de muitos para muitos e não possui receptor e emissor definidos, os quais inclusive podem não existir mais; pode ser tanto monológica, como dialógica, dependendo sempre do tipo de mídia utilizada (THOMPSON, 1998, p. 77 apud MARTINS, 2005, p. 86).

Para o autor, as interações se desenvolvem no cotidiano e envolvem na maioria das vezes um caráter híbrido, sendo ainda mediatizada. Isto, por sua vez é primordial para que ocorra de fato a inclusão de surdos na sociedade. Esta concepção de Thompson (1998) está presente na interpretação dos autores aqui analisados.

Nesse sentido, as reflexões de Arcoverde (2006) são uma importante contribuição a medida que o autor diz que: o contexto digital constituiu um lugar de encontros, de parcerias "que foram fundamentais para o entrelaçamento dos ciberenunciados, que contribuíram para elucidar a Rede como uma esfera comunicativa de grupos sociais que concretizam a esfera digital" (ARCOVERDE, 2006, p. 263).

Sendo assim, o contexto digital favorece a identidade surda, partindo da premissa pontuada por Perin (2008) de que as identidades surdas se caracterizam através das relações e trocas de significados presentes num grupo social que tem uma determinada cultura. Assim, no processo de socialização, o indivíduo personifica-se e manifesta-se na identidade. Conforme também foi exposto por Amorim (2012). Este favorecimento da identidade surda pelas TDs é a constatação de que alguns programas são elaborados para o público surdo, contudo, ressalta-se a apropriação por parte dos surdos, dos produtos desenvolvidos e disponibilizados para o público em geral. O que denota um caminho na construção da autonomia e de uma maior interação entre surdos e ouvintes.

Contudo, as tecnologias digitais têm seu lado positivo e negativo. Apesar de proporcionar autonomia, interação e favorecer a identidade surda, Arcoverde (2006) explica que o acesso democrático às tecnologias digitais é palco de fervorosas discussões em diversos campos científicos e políticos. Esta é uma importante questão quando se trata da educação de surdos nas escolas públicas que muitas vezes não possuem o intérprete de libras, ou a sala de recursos multifuncionais, muito menos então terá tecnologias digitais a disposição do aluno de maneia satisfatória. Cabe, então, permanecer na luta e encontrar o uso profícuo que as tecnologias ensejam, pois apesar de todas as adversidades sociais e culturais existentes, elas constituem um novo espaço de interação social.

Tendo em vista os objetivos iniciais deste levantamento bibliográfico e a análise realizada a partir dos artigos selecionados, pode-se perceber que a utilização das tecnologias digitais se apresenta como um processo amplo, precursor de mudanças sociais instauradas pelo progresso tecnológico.

As TDs apresentam-se como um recurso que agrega o processo de aprendizagem dos surdos, como novas habilidades para leitura, escrita e interação social. Elas ampliam as inúmeras possibilidades de uso, intensificam formas de difusão e admitem novos modos de construção do discurso.

A participação das comunidades surdas tem se beneficiado desse processo, pois no ambiente digital há a interação não só com outros surdos, mas com ouvintes que não sabem Libras. O que também se estende para os alunos.

O uso do celular é a principal tecnologia digital destacada pelos autores, o que também pode ser constado nas imagens 1 e 2, nas páginas 13 e 14, respectivamente deste trabalho, as quais registram os alunos do curso noturno do INES fazendo uso desta tecnologia dentro e fora do Instituto e, sobretudo nas salas de aula.

A importância do uso real e concreto da linguagem, aspecto bastante enfatizado pelos autores, uma vez que, para se apropriar da língua oral auditiva em sua modalidade escrita, ela precisa fazer sentido. Dessa forma, as TDs se configuram como recursos importantes para o ensino/aprendizagem da leitura e da escrita, faz parte da vida cotidiana, fazendo com que eles se tornem sujeitos participantes e protagonistas da construção do seu próprio conhecimento.

Ficou demonstrado que mesmo privado de um dos sentidos, a audição, com o uso das TDs é capaz de transpor barreiras e de encontrar novas possibilidades de interagir e de aprender, de reinventar a própria natureza e partilhar, com suas particularidades. Porque este espaço digital pode propiciar um novo encontro social de partilha, onde as relações de poder e autoridade são dissolvidas nos/pelos contatos virtuais. Todos somos participantes sociais de uma mesma comunidade, a comunidade digital. É onde se permite interagir e aprender com outros, diferentes e singulares, que se somam, compartilham e coexistem na imensa diversidade que institui a sociedade em rede.

Ficou evidenciado que quando a questão é tecnologia digital a maioria dos estudos estão voltados para o seu uso na educação, principalmente, no que diz respeito a educação bilíngue. E, também como recursos didáticos de considerável relevância para auxiliar os professores na mediação da aprendizagem dos educandos surdos.

Contudo, pela particularidade torna-se necessário aos professores o acesso a teorias pedagógicas individualizadas, que favoreçam a construção do conhecimento pelo educando de maneira particular sem descartar a importância de atividade que exijam a interação com o aluno ouvinte para que a cooperação estimule o aprendiz a se doar às tarefas desafiadoras, de forma confiante e autônoma.

Também se faz necessário refletir na ausência de trabalhos acadêmicos sobre o tema que vislumbrem outras perspectivas, como por exemplo, o uso de tecnologias digitais para um ensino lúdico para alunos surdos, uma vez que jogos digitais e virtuais abrem possibilidades de novas interações, comunicações e aprendizagens

Na verdade, notou-se um número pequeno de produções científicas, utilizando as palavras-chaves escolhidas nos buscadores, aspecto que merece atenção da comunidade acadêmica para preencher as lacunas existentes com novos estudos, sobretudo qualitativos como relatos de experiencia, entrevistas, aplicação de questionários e estudos de caso. É preciso

investigar a realidade social a partir de diferentes pontos de vista: do aluno, do professor, do gestor e aprofundar questões trazidas pela literatura já produzida, tais como realizar o letramento digital para alunos surdos.

Diante do exposto, a bibliografia analisada apresenta que as tecnologias digitais favorecem a identidade surda, porque potencializam a interação, principal aspecto que constitui a formulação de quem a pessoa é e de quem são os outros. A bibliografia ressalta tal entendimento a partir da noção de identidade como uma construção, ou seja, a formação do sujeito descentrado assume múltiplas dinâmicas e múltiplas culturas na formação de sua identidade.

6. PRODUTO CONSOLIDADO: DESCRIÇÃO E APLICAÇÃO

O *e-book* intitulado “As novas tecnologias e a educação para surdos” é produto derivado desta dissertação de mestrado. Ele destina-se a leitores interessados em compreender como as tecnologias digitais favorecem o ensino, pois elas são capazes de proporcionar a interação entre surdos e ouvintes o que potencializa a instauração de interações sociais cada vez mais amplas. Os recursos das tecnologias de informação são, segundo Neto (2002, p.51) um “conjunto de técnicas utilizadas na recuperação, no armazenamento, na organização, no tratamento, na produção e na disseminação da informação”. Assim, no contexto digital as oportunidades de comunicação oferecidas pelas tecnologias digitais permitem ao sujeito surdo, novas possibilidades de interagir e de aprender dentro do contexto de uma educação inclusiva que valoriza a diversidade (ARCOVERDE, 2006).

Assim, este *e-book* é uma proposta de divulgação do conhecimento e não se encerra em si mesmo, mas tem o objetivo de fomentar ideias dos profissionais da educação que trabalham com alunos surdos, contribuindo para práticas pedagógicas mais inclusivas. Esperamos que o e-book também seja um meio de conscientização dos diversos atores envolvidos no processo de inclusão dos alunos surdos e do desenvolvimento de suas identidades

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que a história dos surdos traz luz as discussões educacionais sobre diferentes metodologias. Mais do que isto, pode-se observar que a raiz central das disputas sempre esteve ligada a respeito da língua, ou seja, se os sujeitos surdos deveriam desenvolver a aprendizagem através da língua de sinais ou apenas por meio da língua oral (concepção oralista). Nesse sentido, foi com o oralismo puro que o povo surdo sofreu forte impacto durante mais de um século, sendo eles subjugados as práticas ouvintistas, e por isso, tiveram que abandonar sua cultura e a sua identidade surda.

Constatou-se que o marco da língua dos sinais no Brasil foi seu reconhecimento com a Lei de Libras nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5626/2005 que dispõe e reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua nacional usada pelas comunidades surdas do Brasil. Contudo, no texto legal, essa Lei não estabelece a Libras como língua oficial do país, mas a reconhece como um sistema de comunicação utilizado pela comunidade surda do Brasil. Assim passou-se a ter o bilinguismo. Importante se faz a referência da importância da Libras e seu desenvolvimento junto à comunidade surda, tanto na formação de identidades quanto no fortalecimento da expansão do multiculturalismo da sociedade que está inserida.

Evidenciou-se que a identidade surda é móvel e está sempre em movimento levando o sujeito em diferentes posições. Assim como é móvel as relações interpessoais. Por isso, a construção da identidade dependerá, entre outras coisas, de como o sujeito é interpelado pelo meio em que vive. Assim, a diferença cultural e linguística perpassa pela identidade do surdo, que se constitui em contraposição ao ouvinte.

Por fim, As TDs apresentam-se como um recurso que agrega o processo de aprendizagem dos surdos, como novas habilidades para leitura, escrita e interação social, são inúmeras possibilidades. Elas ampliam as inúmeras possibilidades de uso, intensificam formas de difusão e admitem novos modos de construção do discurso. Sua utilização pelos surdos tem proporcionado a interação entre surdos e ouvintes o que potencializa a instauração de interações sociais cada vez mais amplas; o que favorece a identidade surda tanto no relacionamento com seus pares como com os ouvintes.

A ideia de buscar a participação ativa do surdo no tempo histórico-social em que vive, é um caminho a ser considerado, sobretudo quando se pretende discutir a formação de sua autonomia.

Sugerem-se futuros estudos sob a perspectiva da interação das tecnologias digitais que contribuem tanto para a cultura quanto para a identidade surda, pois os estudos acadêmicos são,

na sua maioria, voltados à sala de aula. Contudo, para a sala de aula, pode-se investigar a relação entre as tecnologias digitais e as metodologias ativas, sobretudo a *gameficação*, que traz a ludicidade para a sala de aula através de jogos virtuais.

Por fim, como produto desta dissertação, elaboramos um e-book, intitulado “As novas tecnologias e a educação para os surdos”, com o objetivo de apresentar como as tecnologias digitais favorecem o ensino. Desta forma, esse trabalho não se encerra em si, mas possui uma importante divulgação no meio virtual que visa discutir o principal aspecto aqui escrito: as tecnologias digitais são capazes de proporcionar a interação entre surdos e ouvintes o que potencializa a instauração de interações sociais cada vez mais amplas fundamentais para a aprendizagem do indivíduo surdo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, W. de M. A evolução das tecnologias assistivas para surdos no Brasil e no mundo. In: PERLIN, G.; STUMPF, M. (Org). **Um olhar sobre nós surdos**. Culturas Contemporâneas. Curitiba: Editora CRV, 2012.

ANDRIOLI, M. G. P.; VIEIRA, C. R.; CAMPOS, S. R. L. Uso das tecnologias digitais pelas pessoas surdas como um meio de amplificação da cidadania. In: **Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. 8., 2013, Londrina. Anais Eletrônico. ISSN2175-960X. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT04-2013/AT04- 022.pdf >. Acesso em: 17 jun. 2023.

ARCOVERDE, R. D. de L. Tecnologias digitais: novo espaço interativo na produção escrita dos surdos. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 251-267, maio/ago. 2006. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BAALBAKI, A. C. F. Línguas, escola e sujeito surdo: análise do "Relatório sobre a política linguística de educação bilíngue: Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 26, p. 323-342, 2016.

BÄR, E. C.; SOUZA, R. M.; RODRIGUES, C. S. Quando a Política Linguística se funda na noção de deficiência: circularidade nos textos das leis e a ilusão da garantia de direitos linguísticos. **Revista Digital de Políticas Linguísticas**, v. 10, p. 103-125, 2018.

BENTES, J. A. de O.; HAYASH, M. C. P. I. Normalidade, diversidade e alteridade na história do Instituto Nacional de Surdos. **Revista Brasileira de Educação,** v. 21 n. 67 out.-dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qQBcznjw9WRBBkKWYr65Sss/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BISOL, C. A.; BREMM, E. S.; VALENTINI, C. B. Blogs de adolescentes surdos: escrita e construção de sentido. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 291-299, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n2/a11v14n2.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRAGA, D. B. **Ambientes Digitais**: reflexões teóricas e práticas. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/99492/lei-de-libras-lei-10436-02>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BUZATO, M. E. **Letramento e Inclusão na Era da Linguagem Digital**. Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, Campinas: Mimeo, 2006.

CORDEIRO, A. L. Com quantas vozes se constrói a surdez: o INES e os sentidos da educação de surdos. 2020. **Tese de Doutorado.** Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8667914>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CUNHA, M. J. C. O português para falantes de outras línguas: redefinindo tipos e conceitos. In: FILHO, J. P. de A.; CUNHA, M. J. C. **Projetos iniciais em português para falantes de outras línguas**. São Paulo: Pontes, 2007.

DIZEU, L. C. T. de B. e CAPORALI, S. A. A Língua de Sinais Constituindo o Surdo como Sujeito. **Educação & Sociedade**. Campinas, 26 (91), 583-597, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FERREIRA, W. de M. Os Gestos na Interação de Crianças Ouvintes e Surdas: As Possibilidades de Um Contexto Bilíngue. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-graduação em Lingústica. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6501?locale=pt_BR>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FREIRE, F. M. P. Surdez e Tecnologias de Informação e Comunicação. In: SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. **Cidadania, surdez e linguagem**: desafios e realidade. São Paulo: Plexus, 2003.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. **Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação**. Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.57-73, set.2019/fev. 2020. DOI: https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997.

GOLDFELD, M. Vendo Vozes: os passos dados na direção da realização de um programa de televisão para crianças surdas. In: **GELES**, número 6, Ano 5, Babel, 1992. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/edicao/93>. Acesso em: 17 jun. 2023.

GONÇALVES, A. **A cultura do espaço virtual**. 2012. Disponível em: <www.arteehistoriaepci.blogspot.com.br>. Acesso em: 23 jun. 2023.

GUARINELLO, A. C. O Papel do outro no Processo de Construção de Produções Escritas por Sujeitos Surdos. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Letras. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27872>. Acesso em: 21 jun. 2023.

HALL, S. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. 11ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2023. Acesso em: <www.ines.gov.br/conheca-o-ines>. Acesso em: 28 jun. 2023.

KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LACERDA, C. B. F. de; ALBRES, N. de A.; DRAGO, S. L. dos S. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educ. Pesqui**., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/KscbxcTPXKV5wksBdKcnxjm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____.; LODI, A. C. B. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. In: LACERDA, C. B. F. de; LODI, A. C. B. (Org.). Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÉVY, P. **O que é o Virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

LOPES, G. K. F. O uso das tecnologias no processo de ensino e de aprendizagem do surdo: libras em educação a distância. Centro Virtual de Cultura Surda. **Revista Virtual de Cultura Surda**. Edição nº 20, Janeiro de 2017, pp.1-29. Disponível em: </editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, C. A. Práticas Educativas Digitais: uma história, uma perspectiva. 2011.153f. Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará (UFCE). Fortaleza. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13221/1/2011_dis_camartins.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MEGALE, A. H. Bilinguismo e educação bilíngue – discutindo conceitos. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem** – ReVEL, ano 3, n. 5, 2005. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_5_bilinguismo_e_educacao_bilingue.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MILL, D. Análise da educação a distância como interseção entre a formação docente, as tecnologias digitais e a pós-graduação. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 4, n. 2, p.

343- 369, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/view/413/11. Acesso em: 17 jun. 2023.

NASCIMENTO, L. C. R. Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier. Campinas: **ETD – Educação Temática Digital,** v.7, n.2, p.255-265, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/807/822>. Acesso em: 05 jun. 2023.

NETO, H. T. M. A tecnologia da informação na escola. In: COSCARELLI, C. V. (Org.). **Novas Tecnologias, novos textos, novas formas de pensar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NÓBREGA, J. D. *et al*., Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 17 (3), 671-679, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/thHpRdvFzZNwwHDBrbyMnjb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.

NUNES, M. V.; PORTELA, M. G. As representações sociais da identidade surda e o direito ao reconhecimento. **Revista Mídia e Cotidiano**. Artigo Seção. Temática, volume 11, número 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9813/6943>. Acesso em 23 jun. 2017.

OLIVEIRA, N. A. L. de. **As Tecnologias e a Educação de Alunos Surdos**. Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/as-tecnologias-educacao-alunos-surdos.htm>. Acesso em: 05 jul. 2023.

PERLIN, G. Histórias de vida surda: Identidades em questão. **Dissertação.** 1998. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=20&idart=153>. Acesso em: 21 jun. 2023.

PERLIN, G. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. **A Surdez – um olhar sobre as diferenças**. 5ª ed., Porto Alegre: Mediação, 2011.

PINTO, F. B. O silencioso despertar do mundo surdo brasileiro. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia: NEHAC-UFU, v. 3, n. 2, p. 1-14, abr./jun. 2006. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/904>. Acesso em: 17 jun. 2023.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAMOS, C. R. Libras: A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros. **Projeto Educação Especial Inclusiva.** Módulo Avançado/Manual do Aluno. Rio de Janeiro: SETRAB / IPPP, cap. 4, 2002. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=13&idart=168>. Acesso em: 17 jun. 2023.

RAMOS, Eliane Orlando Monteiro. O papel da LIBRAS no aprendizado da língua portuguesa do aluno surdo não oralizado. **Monografia**. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, 2011.

REIS, E. A.; REIS I. A. **Análise Descritiva de Dados**: Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ROCHA, S. **O INES e a educação de surdos no Brasil**: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: INES, 2007.

ROJO, R.; MOURA, E. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

RUDIO, F. V. **O projeto de pesquisa. Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 20ª ed., Petrópolis: Vozes, 1996.

SÁ, N. R. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SACKS, O. **Vendo Vozes**: Uma Viagem ao Mundo dos Surdos. São Paulo: SCHWARCZ, 1999.

SALLES, H. M. M. L. *et al*. Educação de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a Prática Pedagógica. **Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos**. 2v. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SANTAELLA, L. Subjetividade e identidade no Ciberespaço. In: **Linguagens líquidas na era da mobilidade.** São Paulo: Paulus, 2007. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1037>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. - Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, M. do S. E. da. Um olhar sobre a identidade surda. **Fórum Nacional de Crítica Cultural 2**. Educação básica e cultura: diagnósticos, proposições e novos agenciamentos. 18 a 21 de novembro de 2010.

SILVA, S. L. Letramento digital de professores em contexto de formação continuada. 2004. 170f. **Dissertação de Mestrado** em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. (UFMG). Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/IOMS67MMSR/disserta_ao_texto_final_2005.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SILVA, V. Educação de Surdos: Uma Releitura da Primeira Escola Pública para Surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, R. M. de. (org.). **Estudos surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

SKLIAR, C. B. ¿Incluir las diferencias? Sobre un problema mal planteado y una realidad insoportable. **Orientación y sociedad**, v. 8, p. 1–17, dez. 2008. <https://www.scielo.br/j/rbee/a/jZ8JJNKkWfZJJ95FbKphJBG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SKLIAR, C. B. Discursos y práticas sobre a deficiência y normalidad. Lãs exclusiones del lenguaje,del grupou de la mente. In: GENTILI, P. **Códigos para la ciudadania. La formación ética como prática de la libertad**. Madrid/Buenos Aires: Santillana, 2000.

SKLIAR, C. B. Una mirada critica sobre la educacion bilingue para sordos. Polïtica de las identidades sordas y multiculturalismo. In: **Congresso Ibero-Americano**, I, 1998. Anais. Lisboa, Portugal, julho de 1998.

SLOMSKI, V. G. **Educação Bilíngue para Surdos**: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2012.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008a.

STROBEL, K. História de educação dos surdos. **Texto-base de curso de Licenciatura de Letras/ Libras,** UFSC, Florianópolis, 2008b.

STROBEL, K. **História da educação de surdos**. 2008b. Disponível em: <https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

STUMPF, M. R. **Educação de Surdos e Novas Tecnologias**. Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/educacaoDeSurdosENovasTecnologias/assets/719/TextoEduTecnologia1_Texto_base_Atualizado_1_.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

STUMPF, M. R. **Escrita de Sinais I**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

STUMPF, M. R.; LEITE, T. de A. (orgs.) Estudos da língua brasileira de sinais. **Série Estudos de Língua de Sinais**. V.1., Florianópolis: Insular, 2013.

TASCHETTO, T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 6ª ed., Porto Alegre: Mediação, 2013.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia**. 15ª ed., Petrópolis: Vozes, 2013.

VELOSO, E.; MAIA, V. **Aprenda Libras com Eficiência e Rapidez**. Curitiba: Mãos Sinais, 2009.

VIGOTSKY, L. S. **Obras Escolhidas**. Tomo V. Fund. da defectologia. Madrid: Visor, 1997.

WIKIPÉDIA. A Enciclopédia Livre. **Lev Vygotsky**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lev_Vygotsky>. Acesso em: 05 jul. 2023.

WITCHS, P. H. Governamento linguístico em educação de surdos: práticas de produção do Surdus mundi no século XX. 2018. **Tese** (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6926>. Acesso em: 24 jun. 2023.

XAVIER, A. C. **A Era do hipertexto: linguagem e tecnologia**. Recife: Editora da UFPE, 2009.